



Este trabalho é resultado do contrato SA – 3504/2007 – 914BRA4003 - Apoio ao Monumenta, e está dividido em diagnóstico, pesquisa histórica e bibliográfica, e projeto museológico e museográfico. O projeto conceitual contendo as diretrizes para a política de acervo e indicação das ações para recuperação e conservação do acervo, solicitado no termo de referencia estará contemplado no projeto Museológico.

O documento que apresentamos está baseado nas diretrizes do Departamento de Museus do Iphan para elaboração de Plano Museológico e deve ser visto como uma proposta a ser discutida com os técnicos do Iphan e com a comunidade de Goiás.

Uma das premissas assumidas no trabalho é que o Museu das Bandeiras é um museu federal que deverá assim permanecer.



1. Diagnóstico

1.1. O Prédio

O Museu das Bandeiras está instalado, desde a década de 50, no prédio da antiga Câmara e Cadeia da cidade de Goiás, antiga capital do estado do mesmo nome. O edifício é do século XVIII e um dos mais importantes exemplares do país desta tipologia.

Foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1951, sendo a inscrição 395 do Livro das Belas Artes. Conforme podemos ler na síntese de seu processo de tombamento:

“O prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o Museu das Bandeiras, é um dos melhores exemplos da arquitetura oficial civil portuguesa no Brasil e o mais significativo do Centro-Oeste. A construção do prédio data de 1766 e foi realizada segundo o projeto da Coroa Portuguesa, projeto esse preservado pelo Arquivo Colonial da Marinha e Ultramar, em Portugal. A parte superior do edifício é formada por salões que atendiam as necessidades administrativas e judiciárias da Vila Boa de Goiás. Na sua parte inferior situava-se a cadeia, com duas enxovias, as celas individuais e a casa de armas. As paredes externas e internas são de taipa de pilão, entremeadas com pedras para dar segurança desejada à cadeia. Nas enxovias, forradas de vigas de madeira, as paredes têm 80 cm de espessura. O prédio funcionou como cadeia até 1950, quando foi doado ao Patrimônio Histórico que o transformou em Museu.”¹

Construído em um lote de 1060,8 m² o prédio se destaca na Praça do Chafariz. Apesar disto, a área construída é relativamente pequena representando 23% de taxa de ocupação, ou seja cerca de 225 m² por pavimento. Encontra-se na Torre do Tombo, em Portugal, a planta original do projeto, fato único entre os imóveis públicos da cidade de Goiás da época da Colônia.

Este prédio foi motivo de diversas intervenções de restauração e conservação sendo a maior delas ocorrida pelo Programa Monumenta, em 2006 – 2007. Nesta restauração foram agregados elementos importantes como os equipamentos de acessibilidade ao prédio que sempre foi muito precária, além de itens de segurança como sistema de detecção e extinção de incêndio. A obra ainda requalificou o pátio e as instalações do anexo onde atualmente funcionam uma copa, a área administrativa e os banheiros. O prédio principal não tem instalações hidráulicas e se mantém o mais perto possível de sua construção original.

¹ Citado em <http://www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> consultado em 13 de agosto de 2007.



Quanto a sua situação física o prédio se encontra em boas condições tendo sido realizada uma completa revisão de telhado, carga elétrica, revestimentos, pintura e sistema de incêndio.



Figura 1 – Aspecto da sala do segundo pavimento com a plataforma de acesso (elevador)



Figura 2 – Aspectos da sala do primeiro pavimento onde foi instalada a plataforma de acesso

Conforme me manifestei anteriormente à Superintendente Regional, a instalação dos dois cilindros para extinção de incêndio numa sala da extremidade do prédio, onde, originalmente, ficava o depósito do arquivo histórico, prejudicou a utilização das salas para outro uso.

Apesar dos pareceres técnicos sobre a instalação dos cilindros afirmarem que não representam riscos ao arquivo ali colocado, insisto que a área próxima aos cilindros deverá ser



liberada e minimamente utilizada para a guarda do mais importante acervo do Museu, ou o sistema de guarda deva ser bem eficaz contra qualquer dano no equipamento..



Figura 3- Arquivo do período colonial que está totalmente acondicionado e identificado, localizado ao lado dos cilindros de extinção de incêndio.

1.2 O Acervo

1.2.1 Composição e Documentação

O acervo do Museu das Bandeiras é constituído por 380 peças identificadas e um arquivo textual de grande importância.

“ O núcleo inicial do seu acervo foi constituído pelo próprio edifício e pelo arquivo documental da Fazenda Pública da Província de Goiás. Esse conjunto de documentos representa uma das fontes de informação mais importante sobre a administração pública da região Centro-Oeste no período colonial, Império e República, sendo enriquecido por aquisições e doações de móveis, utensílios e equipamentos, pratarias e outros objetos dos séculos XVIII, XIX e início do XX.”²

Os modos de aquisição dos objetos geralmente foram a coleta e doação, mas, a documentação disponível é pouca para a definição de precisa da procedência de cada objeto. Um trabalho de história oral junto aos antigos funcionários do Museu é fundamental para a atualização e obtenção de alguns dados sobre o histórico de cada objeto.

² Conforme site citado



Uma listagem simples do acervo estava disponível em 1983 quando, dentro das atividades do Programa de Revitalização de Unidades Museológicas do Programa Nacional de Museus, que elegeu os museus da cidade de Goiás para projetos naquele ano e no seguinte, foi realizado o inventário e as fichas de identificação do acervo, inclusive com a atribuição de número para todos os objetos e a marcação dos mesmos. Estas fichas são até hoje registro fundamental do acervo. Foram digitadas em algum momento, mas as informações se perderam. Os originais continuam disponíveis no Museu.



Figura 4 - Exemplo da marcação realizada na década de 80 nos objetos, em naquin.

Posteriormente foi utilizado o modelo de ficha do INBMI – Inventário de Bens Móveis e Integrados do Iphan mas a ação não se concluiu. A ficha do INBMI apesar de muito boa não é totalmente adequada, no meu entendimento, para o acervo museológico, pois além da documentação, a ficha deve apresentar elementos para a gestão e acompanhamento do objeto.

acervo foi totalmente fotografado, por iniciativa da 14ª Superintendência Regional em janeiro de 2007³ e na conferencia geral constatou-se algumas faltas de objetos. Como inventários são foram realizados sistematicamente não podemos dizer o que aconteceu, nem quando com os objetos faltantes.

³ Fotografias realizadas por Water Vilhena conforme, listagem do anexo 1



Ao acervo documental foi dado tratamento especial desde sua incorporação ao Museu já na década de 50. Vários planos de arranjo possibilitavam ao pesquisador acesso às informações dos documentos.

Na década de 70, uma “reorganização”, que não foi concluída dispersou documentos e informações. A equipe do museu tentou reorganizar mas as dificuldades foram muitas.

Em 2004, uma licitação foi realizada para a organização do acervo arquivístico do Brasil Colônia. Hoje este acervo encontra-se totalmente identificado e descrito conforme as normas o ISAD e adotadas pelo Arquivo Nacional e recomendadas Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

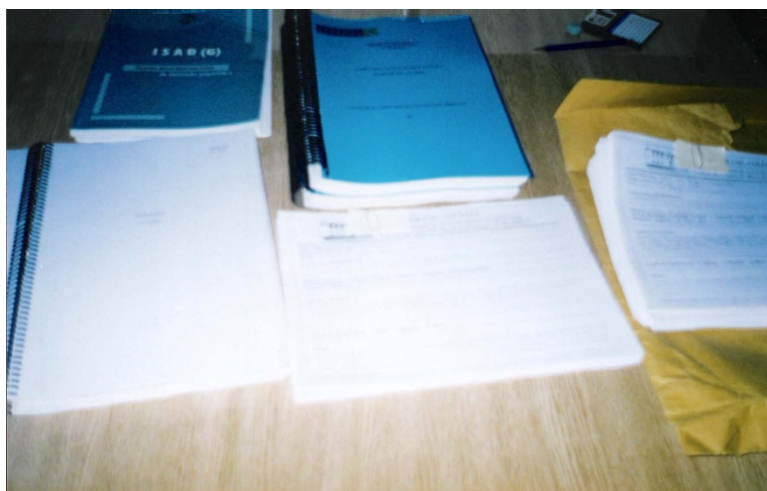


Figura 5 – Instrumentos de pesquisa utilizados em 2004 quando da organização do acervo documental – serie colônia.⁴

1.2.2 Conservação

Em visita técnica realizada pudemos constatar que os estado de conservação do acervo museológico do Museu das Bandeiras é precário, em que pese os esforços de toda sua equipe para a manutenção do mesmo em condições de exposição.

O período que esteve fechado, em função das obras, também foi determinante pois, o acervo, diversas vezes, teve que ser deslocado e ficar armazenado sem condições adequadas.

⁴ Fotografia do relatório técnico produzido pela AT &AT Museum empresa vencedora da licitação para os serviços de tratamento técnico do acervo.



Figura 6 – Situação encontrada em 2004 – acervo documental referente ao período colonial, antes do tratamento técnico⁵

É importante que seja implementado um programa de conservação preventiva e de conservação do acervo que está fora de exposição e o da exposição. Constatamos que os objetos e fragmentos de madeira, por exemplo, das Igrejas de Ouro Fino estão completamente desidratados e sua remoção será bastante dificultada por esse motivo.

A inexistência de uma reserva técnica adequada, ou até de espaço definido para ela parece ser um dos principais fatores da situação do acervo.

Alguns esforços foram realizados ao longo dos anos:

- substituição das estantes de madeira onde ficava o acervo arquivístico por estantes de metal;
- aproveitamento de armários para acondicionamento de acervo museológico;
- aquisição de material de acondicionamento especializado;
- treinamento de pessoal;

⁵ Idem relatório citado



Figura 7 Situação do acervo que não está em exposição – julho 2007

A qualidade do acervo do museu determina a tomada de providências imediatas para que os problemas apresentados não sejam minimizados, mas sim, finalmente solucionados. Com



certeza este fator – conservação de acervo – será a maior determinante do projeto de intervenção a ser apresentado a seguir.

1.3 A exposição

A abertura do Museu das Bandeiras, em 1954, está inserida na política do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da criação e manutenção de museus para a guarda dos bens móveis identificados como de importância nas cidades que eram consideradas patrimônio nacional e tombadas pelo Decreto Lei 25/37. Dentro desta política já haviam sido criados o Museu das Missões, em São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, o Museu do Ouro, em Sabará, o Museu do Diamante, em Diamantina, e o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, todos três em Minas Gerais.

As denominações refletiam “fatias” da história do Brasil, conforme preconização a historiografia da época. Nunca é demais lembrar que a estrutura organizacional da área de patrimônio do Ministério da Educação e Saúde era bastante distinta da de hoje e que os Museus Nacionais, entre eles o Museu Histórico Nacional, desenvolviam uma atividade independente da do SPHAN e, seguiam a orientação e condução de seus dirigentes, que de certa forma eram antagônicos. Resumindo: Não havia um ambiente cooperativo mas seguiam os museus voltados para o Atlântico enquanto a Sphan descobria o sertão brasileiro.

O conteúdo das exposições de todos eles, no entanto refletiam coleções de bens móveis, principalmente mobiliário, arte sacra e alfaias recolhidas na cidade e região que foram depositados e expostos no museu sem maiores contextualizações.

Em 1983, quando do diagnóstico realizado pelo Programa Nacional de Museus, nos dezenove museus de administração da Fundação Nacional pró Memória, esta situação aflorou e, a decisão de se iniciar os trabalhos de revitalização por Goiás foi em função de ser o museu que menos tinha recebido apoio nos últimos anos, como pode ser verificado em documentos da época.⁶

Cadê a bandeira ?

Esta era a pergunta que muitos visitantes faziam na década de 80 ao visitar o Museu. E logo lhe era mostrada uma bandeira imperial que pertenceu ao 20º Batalhão de Infantaria, divisão aquartelada na cidade e que havia participado da Guerra do Paraguai. Esta situação foi fundamental no projeto de reestruturação realizado em 1983 e entregue em 1984.

⁶ Veja documento no arquivo intermediário do Arquivo Central do Iphan - serie Programa Nacional de Museus



Como podemos ler nos documentos a base conceitual do projeto de revitalização do Museu das Bandeiras era transformá-lo em uma referência regional e nacional no assunto - a ocupação do cento oeste brasileiro, a partir das bandeiras – com este fim foi elaborada a seqüência da exposição que promoveu uma grande impacto.

Foram retirados todos os objetos sacros excedentes e, incorporados informações textuais e iconográficas em painéis. O acervo, insignificante para o tema, foi agrupado de forma a que o visitante pudesse ver e conhecer alguns elementos da vida social da região principalmente no século XIX.

Este projeto resultou em:

- documentação de todos os objetos do acervo;
- desenvolvimento de um programa de educação patrimonial com escolares (com duração efêmera de dois anos);
- nova exposição permanente;
- espaço de exposição temporária definido;
- equipamentos adquiridos;
- programa cinema no Museu: (também de duração efêmera)

De todas as ações desenvolvidas naquela época somente a exposição resistiu com algumas modificações nos vinte a nos que se seguiram.

Podemos constatar que as modificações que se seguiram agregaram pouca informação ao conjunto da exposição e muitas vezes criaram situações que mais tarde foram mal interpretadas, por exemplo: o espaço destinado aos índios, no projeto original restrito a igaçaba, foi ampliado para o espaço existente, debaixo da escada, o que fez com que fosse interpretado como pouco caso com os índios.

A mudança nos últimos anos dos rumos da historiografia brasileira fez com que as informações trazidas para o público na exposição se mostrassem atualmente insuficientes para demonstrar a saga destes brasileiros e os reflexos regionais de sua ação.

Com a obra de restauração, o Museu foi totalmente desmontado e com a necessidade premente de abertura a antiga exposição foi remontada, ficando somente um dos painéis fora da montagem atual:



- recepção junto a porta com um totem informativo colocado posteriormente (daí foram retirados dois painéis que apresentavam o decreto de criação do museu e imagem do risco existente na Torre do Tombo que seria o projeto do edifício)

- espaço indígena, com acervo da Coleção Galvão coletada e adquirida pelo CNRC na década de 80 aos índios do Xingu e que apresenta acervo que hoje já raro em função dos índios não mais fabricarem torradores de cerâmica e tigelas dos tamanhos dos que estão na coleção;

- sala com as indicações das bandeiras;

- sala com os fragmentos da Igreja de Ouro fino;

- sala da enxovia;

- sala com mobiliário (casa do século XIX)

A parte superior é destinada a exposições temporárias e ao acervo arquivístico e atendimento ao pesquisador. O acervo que não está em exposição ali também se encontra. Em vitrines antigas podemos ver algumas peças de montaria e indumentária militar e outras em armários de aço ou em locais junto ao acervo documental, conforme fotografias anteriores.

Seguem fotografias da Exposição permanente:



Figura 8 – Exposição permanente – Índios – área a baixo da escada.



Figura 9 - Sala Referente a Igreja em Goiás com o acervo da Igreja de Ouro Fino.



Figura 10 – Sala da enxovia

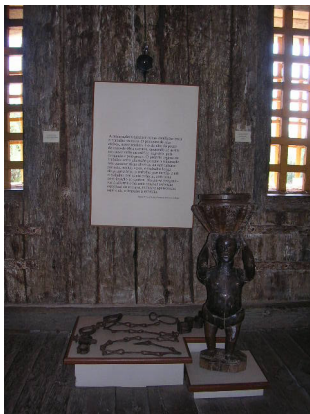




Figura 11 Aspectos da exposição permanente - Sala das Bandeiras e sociedade



Figura 12 - Salas da enxovia feminina – Aspectos da vida social



Figura 13 - Subida da escada de acesso ao segundo piso

A situação da exposição do Museu, como foi visto antes é precária, pois tem exatamente 24 anos. A equipe de um museu teve, pelo menos, de 10 em 10 anos, revisar sua exposição, não necessariamente para modificá-la por inteiro, mas validar os conceitos, fazer rodízio de objetos e colocar novas aquisições. Uma política de acervo que, através da aquisição ou do intercâmbio com outros museus, venha agregar maior número de objetos parece ser um dos caminhos dos mais indicados para dar maior consistência à área permanente do Museu das Bandeiras.

1.4 Programa Cultural e Educativo

Diferentemente do que se poderia esperar, apesar de todas as dificuldades, o Museu vem desenvolvendo um trabalho educativo cultural na cidade bastante consistente e interessante.

Com a chegada de um museólogo, do quadro técnico do Iphan, iniciou-se uma série de atividades procurou trazer para dentro do museu um público diferenciado e importante, principalmente, neste momento através de atividades de extensão ou em atendimento a agenda do DEMU que é muito dinâmica e abrangente.

São estas atividades que tem colocado o museu em contato com o público local.

O perfil do público dos museus da cidade de Goiás é de turistas nacionais em férias, de passagem para o Rio Araguaia, em excursões escolares (turismo escolar) mais do que pessoal local. A cidade tem desenvolvido amplo calendário de atividades e festivais com o intuito de desenvolver o turismo e consolidar as bases de uma economia que vise a preservação do núcleo urbano tombado.

São quatro os museus abertos as público em Goiás, além de Igrejas com pequenos acervos :



-
- Museu de Arte Sacra da Igreja da Boa Morte, que pertence a Diocese de Goiás e possui convênio com o Iphan para seu funcionamento,
 - Museu Palácio Conde dos Arcos, que pertence ao governo do Estado de Goiás e é administrado pela AGEPEL, uma vez ao ano , em julho o governador ainda faz do Palácio sua moradia e local de despacho,
 - Museu Casa Cora Coralina, que é uma ONG Associação Museu Casa Cora Coralina que desde a década de 80 desenvolve um trabalho eficiente na cidade de Goiás em prol da preservação, e,
 - Museu das Bandeiras, que pertence a estrutura do Iphan.

Em todos eles a prática é receber o visitante e acompanhá-lo na visita. Os guias ou monitores geralmente são funcionários públicos cedidos pela AGEPEL em três deles. Somente o Museu Casa Cora Coralina tem quadro próprio de monitores.

Como a cidade é pequena o entrosamento entre as instituições se faz de forma automática mas poderia melhor.

A nova administração do Museu das Bandeiras mobilizou diferentes agentes da cidade e abriu o Museu para os cidadãos. Começando por atividades alternativas uma vez que estava fechado e a visitação da exposição permanente, mesmo quando ficou novamente montada não é suficiente para a fidelização do público. Atividades extras como palestras, teatro, grupos musicais, capoeira, cursos tem movimentado o museu em sua sede e na cidade.

2. Bibliografia e pesquisa⁷

O levantamento bibliográfico a seguir reúne o que de mais importante está disponível para leitura sobre a história de Goiás.

Acreditamos que para a exposição permanente do Museu das Bandeiras deveríamos trabalhar com os títulos de Paulo Bertran e aqueles considerados fonte primárias – os viajantes-principalmente : Saint Hilaire, Pohl, Gardner, Burchell, entre outros.

1. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais:empresas, descobrimentos, entradas nos sertões do ouro (1640-1822)*. São Paulo. USP,2002
2. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia , Governo de Goiás, 1979

⁷ Este capítulo deveria estar colocado no final do documento, mas procuramos obedecer ao termo de referencia do contrato assinado onde este item faz parte da primeira fase do contrato



3. AMERICANO DO BRASIL, Antonio. *Súmula da História de Goiás*. Goiânia, Unigraf, 1982.
4. BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia. Oriente.1978.
5. _____. *Uma introdução à história econômica do Centro Oeste do Brasil* . Goiânia UCG.1988.
6. _____. *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Brasília, Solo 1994.
7. _____. *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783* – organização, introdução, notas e edição. Brasília, Solo, 1997.
8. BRANDÃO, A.J.C.. *Almanach da Província de Goyas* – 1886 – Goiânia, UCG, 1978.
9. CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo. Comissão do Quarto centenário, 1954
10. CASAL, Aires de . *Corografia Brasílica*. São Paulo, Itatiaia, Ed. EDUSP, 1976.
11. CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*. Goiânia. UFG, 1998.
12. _____. *Caminhos de Goiás: da construção, da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, UFG, 1997.
13. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro. Instituto Rio Branco, 1957.
14. CRULS, Luis. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília, CODEPLAN, 1984.
15. CUNHA MATTOS, Raymundo José. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiania. Ed. Lider, SUDECO, 1979.
16. _____. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1856.
17. D'ALINCOURT, Luis. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos a cidade de Cuiabá*. São Paulo, EDUSP, 1975.
18. DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil colônia*. Brasília, Ed. Alvaciod, 1997.
19. ELIS, Bernardo. *Chegou o Governador*. Rio de Janeiro. Ed José Olympio, 1987.
20. ESCHWGW, Wilhelm L.von. *Pluto brasiliensis*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
21. ETZEL, Eduardo. *Arte Sacra. Berço da Arte brasileira*. São Paulo Ed. Melhoramentos, 1986.
22. FERREIRA, Manuel Rodrigues. *A cidade de Goiás e o escultor Veiga Valle*. São Paulo, MASP, 1978.
23. _____. *O Mistério do Ouro dos Martírios*. São Paulo, ED. Biblos, 1960.



-
24. _____ *As Bandeiras do Paraupava*. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.
 25. FERREZ, Gilberto. *O Brasil do primeiro reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825-1829*. Rio de Janeiro, pró Memória, 1981.
 26. GADNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. 1980.
 27. GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás*. Goiânia 1985.
 28. GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e Política (MG – século XVIII) Revista de História, São Paulo, n.132, 1995.
 29. LACERDA, Regina. *Villa Boa- História e Folclore*. Goiânia, Ed. Oriente, 1977.
 30. MACAULAY, Nell, *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
 31. MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.
 32. MORAES, J.A.Leite. *Apontamentos de Viagem*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
 33. NOVAES PINTO, Maria (org.). *Cerrado*. Brasília, UNB/SEMATEC, 1994.
 34. PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho, serviço e indústria: história de africanos, criolos e mestiços na colônia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
 35. PALANCIN, Luis. *Goiás 1722-1822*. Goiânia, Oriente, 1976
 36. PALANCIN, Luis, GARCIA Ledonias, AMADO Janaina. *História de Goiás em documentos*. UFG. 1995.
 37. PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Ed. Nacional, INL, 1978.
 38. POHL, Johann E. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 1976.
 39. PRESTES, Anita. *A coluna Prestes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
 40. RIZZO, José Angelo. *Goiás, de Saint Hilaire e de hoje*. Goiânia, UFG 1996.
 41. RODRIGUES, Lysias A. *O Rio Tocantins*. Goiânia, Cerne, 1978.
 42. SAINT-HILAIRE, August. *Viagens as nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás – coleção brasileira*, São Paulo. Editora Nacional, 1937.
 43. SAINT-HILAIRE, August. *Viagem a Província de Goiás*. Belo Horizonte, Itatiaia, UDUSP, 1975
 44. SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão em Goiás Colonial*. Goiânia UFG, 1983.



-
45. SANTOS AZEVEDO, Francisco Ferreira dos. *Anuário Histórico Geográfico e descritivo do Estado de Goiás para 1910*, fac similar, SPHAN, 1987.
 46. SPIX, Johann Baptist Von. *Viagem pelo Brasil:1817-1820*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
 47. TASQUES, Pedro T. A. Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica (três volumes)* – Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
 48. TAUNAY, Alfonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo. Ed Melhoramentos, 1975.
 49. _____ *Relatos Sertanistas*. São Paulo EDUSP/Itatiaia, 1981.
 50. TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia, Ed. Oriente, 1978.
 51. VEIGA, J. Alencastro. *Lembrança de Goiás*. Goiânia Ed. Oriente, 1978.

3. Projeto Museológico

Como apontamos no início do documento, para este item nos baseamos na estrutura de o *Plano Museológico*, que é uma ferramenta básica para a definição do museu. Sua elaboração é necessária para nortear todo o trabalho que será desenvolvido na instituição, seguindo a Política Nacional de Museus, criada em 2006 pelo Ministério da Cultura, por intermédio do IPHAN. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o *Plano Museológico* é um instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu:

a) a ordenação do trabalho interno;

b) a relação com os responsáveis administrativos e os políticos:

c) a definição de projetos.

O *Plano Museológico* é global e integrador. Ele deve ser elaborado em Programas que possam ordenar as ações específicas do museu, que se concretizarão em diversos projetos específicos que definem, descrevem e propõem soluções para as necessidades apontadas por ele. Os



projetos serão os elementos fundamentais para a quantificação dos serviços, materiais e recursos financeiros.

O *Plano Museológico* está estruturado em duas fases:

- a) a primeira trata da definição da Instituição, apresentando o marco conceitual e a avaliação do museu, no caso de museus em processo de revitalização; e
- b) a segunda fase trata dos programas e seu desenvolvimento obedece a uma dinâmica própria e deve ser atualizado periodicamente.

O objetivo final é que a instituição museológica conte sempre com o *Plano Museológico* desenvolvido. Este plano é formado por programas que são executáveis por meio de projetos.

Os programas de necessidades serão atualizados ou incorporados em função do planejamento e da programação.

Cada programa conta com uma parte genérica introdutória, contendo os critérios, os conceitos básicos e a legislação pertinente. É o instrumento que materializa a teoria museológica. O programa deve estabelecer com clareza as necessidades e os requisitos que precisam ser resolvidos nos projetos indicados para a sua implementação. Os projetos, por sua vez, são desenvolvidos geralmente em três fases: estudos prévios, redação e execução.

No caso do Museu das Bandeiras, a elaboração de uma oficina, com os outros museus, para a elaboração do Plano Museológico foi uma das primeiras iniciativas da nova diretora, conforme podemos verificar em relatório apresentado. Mesmo sem resultados aparente a iniciativa merece reconhecimento pois acreditamos ser o Museu das Bandeiras aquele que, na cidade, deve assumir a liderança das ações cooperativas e técnicas na área da museologia.

Este documento que apresento vem somente consolidar um trabalho que já está em andamento.

3.1. Definição da Instituição: Marco Conceitual

Considerando-se:

- a) a nova política museológica nacional com a implantação do Sistema Brasileiro de Museus;
- b) as recomendações do Ministério da Cultura para a área cultural, em especial a museológica;
- c) a reestruturação da área de museus no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;



-
- d) a necessidade de atualização das propostas expositivas dos museus do Iphan;
 - e) a importância da preservação do Museu das Bandeiras como um marca da história de ocupação do centro oeste brasileiro;
 - f) que o Museu das Bandeiras é uma instituição federal e deve cada vez mais consolidar seu caráter nacional;
 - g) a necessidade de desenvolvimento de ações educativas e culturais potencializando acervos e espaços culturais, principalmente no interior, como é o caso da cidade de Goiás;
 - h) a necessidade do estabelecimento de rotina de procedimentos técnicos;
 - i) a necessidade de conscientizar os funcionários da missão do museu e de seu alinhamento as parâmetros da museologia nacional;
 - j) a necessidade de estabelecer um novo olhar sobre o museu como lugar do futuro e não do passado. Onde o passado é referência para o presente e aponta para o futuro.

Propomos o desenvolvimento de ações que visem a re-estruturação do Museu das Bandeiras para atender aos padrões mínimos esperados de um museu federal.

O Museu das Bandeiras é uma instituição permanente, pertencente à estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e se constitui em espaço público destinado prioritariamente a estimular o visitante a conhecer a história da ocupação do centro oeste brasileiro desde o século XVII protagonizada pelos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira colonial. Sua ação ocorre por intermédio do desenvolvimento de pesquisas, identificação, documentação e conservação de acervos, e de um sistema de comunicação museológica onde se destaca na manutenção da exposição de longa duração, a realização de exposições temporárias, o atendimento ao público, por meio de visitas programadas de escolas, atividades culturais e de difusão diversas.

As ações do museu devem estar classificadas nos diversos programas cuja implantação é primordial num museu moderno.

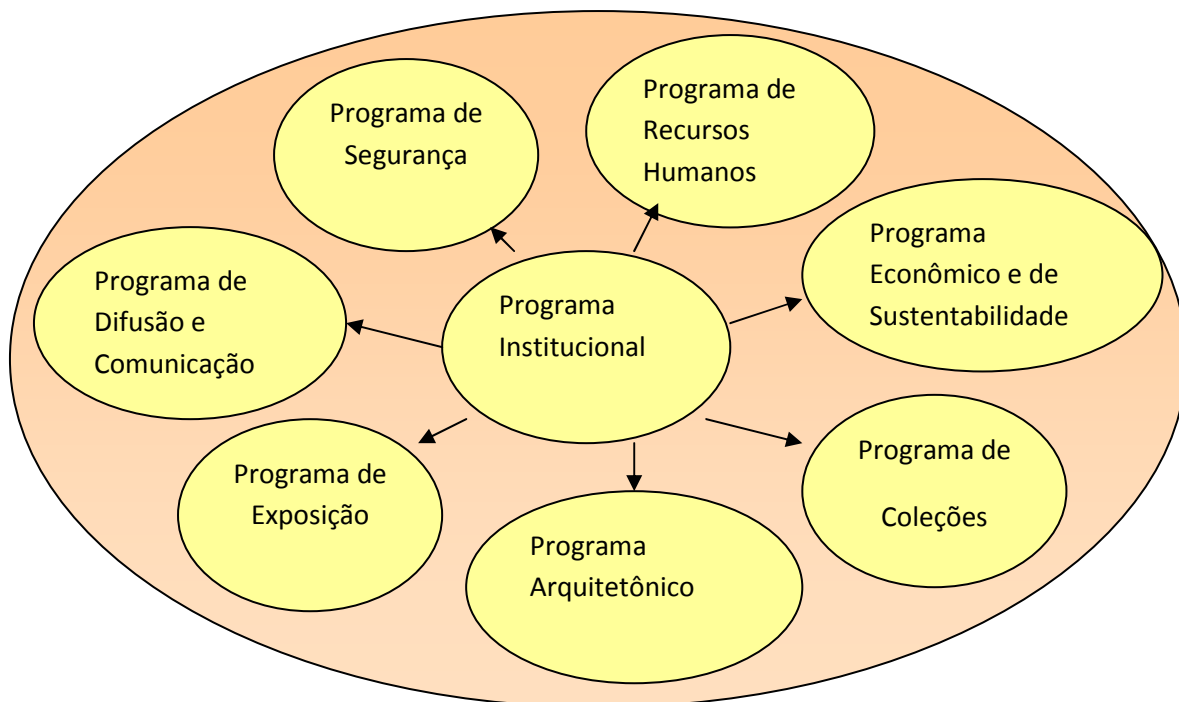


Figura 14 – Programas do Plano Museológico

O Programa Institucional é, em nosso entendimento, de onde se originam os demais conforme figura acima.

3. 2 PROGRAMAS-

3.2.1 PROGRAMA INSTITUCIONAL

O Museu da Bandeiras, como já foi dito acima foi criado em 1954 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional atendendo a política museológica da instituição.

Apesar de todos os esforços do Iphan para a manutenção do museu e posteriormente da Fundação Nacional pró Memória na década de 80, para sua revitalização encontramos em 1992 nas palavras da museóloga Lygia Martins Costa a seguinte situação:

“Unidades do Iphan – é o conjunto de museus que o antigo PHAN construiu com empenho, reunindo e especulando nosso patrimônio cultural antigo. Embora tenham procurado fazer, de cada um, centro de estudo e evocação de um tema socioeconômico nascido na região, dada a escassez de verbas só poucas vezes o conseguiu. Teve que se contentar com o que foi possível, julgando que, a longo prazo, objetivo seria atingido. (...) O Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, velha capital do estado, com o arquivo histórico da região classificado e remanescentes sobretudo de capelas destruídas. Não chegou ainda a justificar o tema que o denominou, intenção do primeiro momento.” (Costa, 2002)



Atualmente ligado diretamente ao Departamento de Museus do Iphan, o Museu das Bandeiras não tem ainda uma estrutura mínima condizente com sua condição de museu federal.

Um museu necessita basicamente de três áreas essenciais para seu funcionamento: Área Administrativa, Área de Acervo e Área de Difusão.

A Área Administrativa refere-se ao desenvolvimento de atividades ligadas ao planejamento, orçamento, serviços gerais, material e patrimônio, compras e recursos humanos.

A Área de Acervo refere-se ao desenvolvimento de ações de preservação, conservação preventiva, documentação, pesquisa e planejamento de exposições.

A Área de Difusão refere-se ao desenvolvimento de atividades de atendimento ao público: pedagógicas e culturais, planejamento e operacionalização da agenda cultural, editoração e *marketing*.

É importante também que o Museu constitua um **Conselho Consultivo** para que haja ampla participação da comunidade, dos empresários, de parceiros de Ongs, dos antigos servidores da Instituição e de especialistas em gestão de museus. A constituição do Conselho permitirá que suas ações sejam mais divulgadas e que o Museu possa, de forma efetiva, constituir um grupo de pessoas que assessorem seu dirigente, principalmente quanto ao planejamento anual. Os trabalhos prestados ao Conselho não serão remunerados e configurarão relevantes serviços prestados ao Estado.

Creio que uma reorganização nos cargos comissionados já existentes e sua destinação específica poderão dar conta de uma estrutura muito simples, mas funcional e necessária.

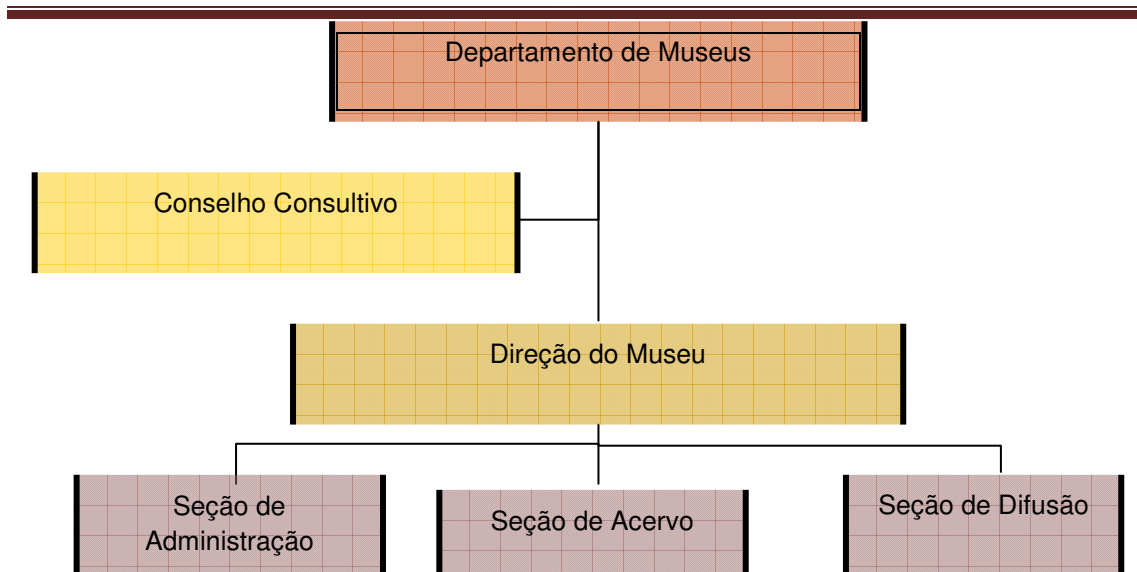


Figura 15 – Estrutura organizacional proposta para O Museu das Bandeiras

Para melhor definição das atividades desenvolvidas no âmbito da estrutura proposta acima, apontamos a seguir as atribuições de cada setor.

São atribuições da Direção do Museu:

- a) propor o planejamento anual do Museu à Diretoria de Museus do Iphan;
- b) elaborar o programa de exposições temporárias (convidadas ou por meio de editais para a ocupação do espaço);
- c) zelar pelo bom atendimento ao público;
- d) promover o treinamento das equipes;
- e) supervisionar a vigilância do Museu;
- f) supervisionar os trabalhos de higienização de seu acervo;
- g) estabelecer os contatos necessários com a área administrativa e de serviços gerais visando ao bom funcionamento do Museu;
- h) redigir os relatórios anuais;
- i) propor intercâmbios e atividades conjuntas com outros museus;
- j) representar o Museu no Sistema Estadual de Museus e o Sistema Nacional de Museus;
- k) estabelecer a programação anual nas áreas de pesquisa, documentação, exposição e difusão do acervo museológico de acordo com as metas de trabalho do DEMU / Iphan;
- l) supervisionar o atendimento ao público, em especial, as atividades voltadas para as visitas programadas de escolas;
- m) supervisionar os trabalhos administrativos.



São atribuições da Seção de Acervo:

- a) promover a identificação e coleta de acervo em consonância com a política de acervo e em atenção às pesquisas realizadas;
- b) manter a base de dados atualizada com as informações documentais sobre cada objeto incorporado ao acervo do Museu;
- c) promover a higienização e a conservação preventiva do acervo sob sua guarda;
- d) Identificar os objetos que necessitam de restauração e encaminhar e acompanhar a intervenção;
- e) preparar os objetos para exposição;
- f) promover pesquisas que visem subsidiar as exposições;
- g) organizar, em conjunto com a Seção de Difusão, exposições temporárias do acervo;
- h) propor exposições temporárias e itinerantes; e
- i) monitorar as condições do acervo e organizar a reserva técnica.

São atribuições da Seção de Difusão:

- a) organizar as exposições temporárias do Museu;
- b) promover a divulgação das atividades;
- c) elaborar o programa de atendimento ao público, em especial as visitas escolares;
- d) elaborar os textos e acompanhar a impressão da folheteria do museu;
- e) propor e executar projetos de promoção cultural e social; e
- f) organizar a recepção do museu.

São Atribuições da Seção de Administração:

- a) fazer o controle de RH estabelecendo: horário de trabalho dos funcionários, escala de plantão, escala de férias, contratos de estágio,
- b) fazer o controle dos contratos de pessoal terceirizado;
- c) executar o orçamento previsto para o museu;
- d) controlar os equipamentos permanentes e o estoque de material;
- e) proceder as aquisições de material e contratação de serviços;
- f) prestar contas de todos os recursos próprios do Museu, e
- g) apresentar relatórios de balanços para a área administrativa do Iphan.

Acreditamos que nenhum trabalho de mudança no museu terá resultados a médio e longo prazo se uma estrutura mínima não for definida e implantada.



3.2.2 Programa de Coleções

As coleções, conjuntos de objetos, são a razão da existência dos museus. Uso o termo coleção aqui para designar **acervo**. Trata-se de transformar a **coleção** feita pelo IPHAN na década de 50, principalmente por Edgar Jacinto, em um **acervo** que remete para o processo cotidiano de formulação de sentidos, pressupõe debate e a eleição de critérios, o estabelecimento de metas. (França, 1999) As diretrizes do programa de coleções são premissas básicas e interferem em todos os outros programas a serem desenvolvidos no Museu.

O objetivo deste Programa de Coleções é explicitar a política do Museu referente à constituição, incremento, pesquisa, documentação e conservação das coleções. Em verdade, o tema coleções é tão complexo que poderia suscitar diversos subprogramas e projetos específicos para cada um deles.

Constituição e Incremento

A aquisição de acervos museológicos tem sido motivo de diversas reflexões. A aquisição indistinta de peças, seja por doação, legado, transferência e, poucas vezes por compra, transformaram museus em depósitos de objetos importantes, mas sem grande conexão entre eles e com problemas de apreensão pelo público.

É indispensável estabelecer uma política, com critérios rígidos de aceitação, que possa garantir a correta ampliação do acervo com planejamento a longo prazo. Esta política deve ser redigida e se constitui em documento a ser consultado sempre que necessário.

Para que o discurso expositivo do museu se torne mais coerente, o documento deve explicitar as prioridades de ampliação do acervo, indicando as seções da coleção que se quer complementar, as formas de ampliação (compra, campanha de doações, trabalhos de campo e coleta), os critérios técnicos que devem reger o aceite de doações e depósitos, fluxogramas e definição de processos de incorporação de objetos.

Um dos resultados do estabelecimento da política de aquisição de acervo é a identificação das coleções e os objetos que não serão de interesse para sua proposta museológica e museográfica, permitindo o intercâmbio de acervo com outras instituições congêneres. Este intercâmbio possibilitaria a complementação de muitos discursos expositivos ou poderia suscitar a formação de coleções sob novas perspectivas, cronológica ou temática.

Lançando um olhar mais crítico sobre o acervo disponível no Museu das Bandeiras vamos ver que o mesmo não atende ao programa conceitual proposto para o Museu. Para todos os



assuntos ora tratados no Museu e, mesmo para o que estamos propondo, o acervo disponível é insuficiente.

A maioria dos 380 objetos listados foi recolhida, ou foi aceita, sem nenhum critério de atendimento a missão do museu.

Concordamos com as reflexões da atual diretora do MUBAN sobre o acervo do museu e seu potencial informativo.⁸

É necessário, para a nova exposição, identificar acervos que possam ser adquiridos. Quando da Revitalização, na década de 80, foram incorporadas moedas cunhadas na Casa de Fundação de Vila Boa, doadas por colecionador paulista especialmente para a exposição. A letra G no exergo atesta a procedência.

São pouquíssimos os objetos do século XVII e XVIII que encontramos com procedência comprovada dos sertões de Goiás e Mato Grosso. A precariedade da casa goiana nos é descrita por diversos viajantes que durante o século XIX percorreram a região. É bom lembrar que duas das melhores peças de mobiliário do MUBAN pertencem ao acervo do Museu da Inconfidência.

Em meu entendimento um objeto simbólico poderia ser uma **cadeira de sola (couro lavrado)** onde o brasão e os elementos decorativos nos remetessem para a saga dos paulistas e o desbravamento da região. Encontrei um exemplar muito significativo em antiquário mineiro, que tem procedência documentada. O Museu também tem duas, uma do final do século XVIII ou início do XIX, (Goiás tem um atraso de cinquenta anos para a arte mineira por exemplo) e outra mais antiga mas em péssimo estado de conservação.

⁸ BULHÕES, Girlene Chagas. Museu das Bandeiras- Exposição de Longa Duração sem data, 3p



Figura 16 – Cadeira de braços do século XVIII com assento e encosto em couro



Figura 17 – cadeira com encosto em ‘sola’ o assento foi substituído por madeira

É importante que seja constituída uma comissão de acervo para que sejam tomadas decisões sobre a alienação de objetos. Não há dúvida que haverá necessidade de ajustes no acervo do MUBAN.

A comissão deve ser constituída por um número ímpar de componentes, no mínimo três, sendo dois do Iphan e um convidado externo.

Documentação

O objetivo desta ação é estabelecer no museu um sistema de documentação que permita o controle e a gestão das coleções museológicas, fundos documentais, administrativos e bibliográficos de modo a garantir o acesso a eles e assegurar a preservação da informação cultural. A seqüência de trabalho de documentação de uma forma geral é a seguinte:

- a) identificação;
- b) catalogação;
- c) digitalização ou reformatação;
- d) documentação gráfica e fotográfica;



-
- e) documentação de processos de restauração;
 - f) documentação do movimento das coleções; e
 - g) implantação de sistema de gestão, recuperação e difusão da informação.

A documentação deve planejar ações que indiquem as prioridades, necessidades, prazos e procedimentos para sua execução e pensar no futuro. Entre as ações gerais, destacamos:

- a) estabelecimento das diretrizes gerais do sistema de documentação;
- b) estabelecimento das prioridades da documentação;
- c) reorganização ou organização dos arquivos: os de controle e gestão de fundos museológicos, documentais, fotográficos e bibliográficos, além dos arquivos administrativos;
- d) estabelecimento de um plano geral de classificação, utilizando-se de ferramentas como Thesaurus, vocabulários controlados e as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
- e) implantação de sistemas informatizados de documentação e gestão de coleções;
- f) realização de inventário nas coleções sem identificação ou em coleções de interesse que estejam em mãos de particulares ou em outras instituições;
- g) controle documental das reservas técnicas;
- h) documentação dos processos de conservação e restauração;
- i) controle da movimentação da coleção para exposições internas e empréstimos externos;
- j) documentação da baixa de acervo;
- k) digitalização de coleções e documentos;
- l) conservação de coleções e documentos;
- m) política de segurança de dados informatizados, definindo os níveis de acesso e a utilização no *site* (Internet);
- n) acessibilidade da documentação ao público em geral e aos pesquisadores;
- o) estabelecimento de redes de intercâmbio de documentação com outros museus e instituições; e
- p) elaboração de catálogos, guias de fonte e participação em publicações coletivas, como é o caso das publicações que acontecem durante o mês dos Museus.

A documentação do acervo do MUBAN é precária, mas existe. Muitos museus somente mantêm listagem simples dos objetos. Ter o acervo totalmente fotografado já um avanço, pois mesmo que as fotografias não atendam totalmente os requisitos de fotografia de documentação, servem muito bem para a identificação de cada objeto.

Sem uma documentação completa do acervo não se deve fazer nenhuma ação de intercâmbio ou descarte.



A relação de fotografias que recebemos nos informa que alguns objetos não foram fotografados, pois não foram localizados. São eles as de numeração: 17, 61, 64, 95, 96, 100, 110, 111, 112, 116, 138, 148, 151, 153, 165, 174, 176, de 196 a 203, 209, 214, 215, 219, 225, 290, 311, 312, 314, 328, 335, 338, 341, 342, 343.

Geralmente quando da organização de reserva técnica e conferência de acervo para nova documentação os objetos são encontrados. A numeração pode ter saído ou objetos tomados em conjunto podem ter sido identificados individualmente.

É importante que se possa elaborar e implantar um banco de dados do tipo SQL, ACCESS, ou outro que possa conter um registro completo de cada objeto (características morfológicas, antropológicas, históricas, artísticas e técnicas). Essa ação possibilitará a geração de relatórios e listagens temáticas, com combinações de outros itens que forneçam informações sobre o acervo de forma rápida e eficiente.

Este banco deverá ter campos para a gestão do acervo indicando empréstimos, restaurações, monitoramento ambiental, pesquisas etc.

Já existem sistemas eficientes para aquisição no mercado que poderão ser customizado para o MUBAN por preços competitivos (um sistema hoje pode ser adquirido por cerca de R\$10.000,00 considerando o acompanhamento por um ano.)

O item mais oneroso de documentação no MUBAN é o tratamento de seu acervo arquivístico. Tive oportunidade de coordenar os trabalhos de tratamento técnico e acondicionamento da série Brasil Colônia do Fundo da Real Fazenda e na cidade já se tem mão de obra qualificada para os trabalhos para os trabalhos.

No plano de trabalho de 2007 foram solicitados recursos para a continuação da ação de identificação e acondicionamento.

Considerando-se que o MUBAN é da década de 50 existe uma massa documental administrativa, que, se bem que pequena, precisa também de tratamento adequado.

Assim identificamos três frentes de trabalho no que diz respeito a documentação:

- acervo museológico;
- acervo arquivístico técnico e administrativo; e
- acervo documental histórico.



Sugiro que o serviço do acervo museológico seja realizado em regime de mutirão com museólogos do quadro do Iphan, ou estagiários da faculdade de museologia, que possam estar na cidade e contribuir para o desenvolvimento do museu também em outras frentes. No caso dos estudantes seria uma espécie de Projeto RONDON museológico.

Pesquisa do acervo

O objetivo desta ação é estabelecer as grandes linhas e projetos específicos de pesquisa que dinamizem, estimulem e enriqueçam a atividade do museu. Deve indicar também as relações que se deve estabelecer ou incrementar com outros centros de pesquisa.

Identificamos duas vertentes de pesquisa:

a) a desenvolvida pelo pessoal do próprio museu, orientada segundo os seus objetivos e necessidades em torno das coleções, da conservação, da restauração, do edifício e do público. Nesta vertente atuam: o pessoal técnico do museu, especialistas externos contratados e projetos de pesquisa em conjunto com outros museus ou instituições; e

b) a que é dirigida por profissionais ou instituições de fora, mas que tem como objeto as coleções e outros aspectos do museu. Neste caso é necessário estabelecer protocolos de cooperação institucionais que facilitarão o trabalho, garantindo que o resultado das pesquisas sejam revertidos para a instituição museológica. No MUBAN os pesquisadores externos demandam mais o acervo documental.

Conservação

A tendência da museologia mundial é o estabelecimento de ações preventivas que possibilitem a conservação das coleções ou, pelo menos, sua estabilização física da coleção. Estas ações, quando realizadas, diminuem as intervenções de restauração e se têm mostrado muito eficazes.

Com a finalidade de estabelecer os parâmetros gerais adequados de conservação, conforme a natureza e as condições das coleções, e sua adequação às características particulares do museu, as ações de **conservação preventiva** apontam os seguintes critérios gerais:

➤ **Condições ambientais**

- Controle da umidade relativa e da temperatura nas áreas de exposição permanente, áreas de reservas técnica e laboratórios e outros espaços do museu que abriguem coleções, mesmo que temporariamente. Este controle pode ser feito com umidificadores ou desumidificadores, o que for necessário depois de verificado o monitoramento. No caso do acervo do MUBAN deve-



se levar em consideração que o mesmo está estabilizado sem nenhum recurso de climatização.

- Implantação de sistema de medição de condições ambientais

Esta medição poderá ser realizada com equipamento simples e barato como termohigrometros digitais (R\$ 60,00) ou mais sofisticados como termohidrografos (R\$ 2.500,00) que fornecem gráficos diários ou semanais.



Figura 18 Termo hidrógrafo e termohigrometro digital

➤ Iluminação

Estabelecimento dos parâmetros gerais e específicos da iluminação dependendo da natureza da exposição.

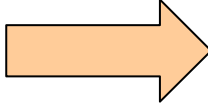
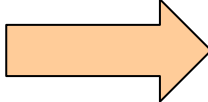
Pinturas a óleo, a têmpera Couro sem tingir Laca Madeira Osso e marfim		150 lux
Tecidos, couros tingidos Aquarelas, gravuras e desenhos Selos Manuscritos, papéis Miniaturas Móveis Murais Espécimes de História Natural		50 lux

Figura 19 – Níveis de iluminação para diversas classes de objetos



O projeto arquitetônico ou de adaptação, e a organização da exposição deve facilitar a conservação do acervo.

No caso do MUBAN a grande insolação da região e as altas temperaturas são fatores que se tem que minimizar, principalmente no segundo pavimento.

➤ **Manejo, armazenagem e exposição de coleções**

É necessário realizar um programa de treinamento e atualização para as pessoas que estarão à frente do manejo do acervo. A aquisição de sistemas de reserva técnica – armazenamento - adequados às tipologias e aos materiais do acervo a ser guardado, bem como de maquinário para higienização e equipamentos de manipulação, são fundamentais para que os critérios estabelecidos sejam observados e os objetivos da conservação preventiva alcançados.

Estamos sugerindo a adoção de um sistema de reserva técnica com a utilização de arquivos deslizantes, pois o pouco espaço existente será otimizado.



Figura 20 – Tipos de arquivos deslizantes. Para cada área do museu deverá ser identificado a divisão interna mais conveniente.

São dois os espaços de reserva como pode ser verificado na planta das manchas de ocupação. Um novo espaço nas salas do térreo abriga a reserva de acervo museológico que é indispensável já que parte do que está em exposição será destinado a exposições temporárias, intercâmbio ou reserva. No segundo pavimento as salas hoje ocupadas pelo arquivo devem receber duas estantes deslizantes para abrigar os volumes das series Brasil Império e Brasil República. Deve ser solicitado um laudo indicando a carga possível no prédio para depois tomar a decisão de qual a configuração dos arquivos.



O estado de conservação de um objeto é determinante para sua incorporação ao acervo de um museu.

Aqueles objetos que estiverem em estado ruim de conservação, com necessidade de grande restauração, só devem ir para o Museu se forem objetos únicos ou raros.

No programa de conservação, destacamos também a restauração, que oferece proposta de tratamento, com intervenção no acervo. A prioridade para a restauração sempre é dada aos objetos que forem selecionados para a exposição permanente. O Programa de Exposição é fundamental para esta tomada de decisão.

Todos os processos de conservação e de restauração devem ser documentados, registrados em fichas próprias e incorporadas ao banco de dados ou ao dossiê dos objetos.

As linhas de atuação do Programa de Coleções poderão gerar muitos projetos específicos, por exemplo:

a) de Constituição e/ou Incremento:

- Aquisição de objetos – projeto de compra – Estamos identificando os objetos que serão objetos de aquisição por parte do museu.

- Intercâmbio e cooperação técnica, principalmente no caso do MUBAN que pertence a maior rede de museus poderia ser realizado empréstimo de acervo com outros museus da rede. No Museu Histórico Nacional encontramos objetos de titulares de Goiás, por exemplo.

- Campanhas de aquisição por doação são sempre muito bem vindas se estiverem ancoradas numa rígida política de aquisição. O Museu não deve aceitar aquilo que o afasta de sua missão como exemplo telefones antigos.

- Manufatura de modelos e acervo operacional – a serem buscado sapos a definição da exposição de longa duração;

b) de Documentação:

- Inventário e Catalogação de coleções de objetos -

- Controle documental da reserva técnica,

- Organização do arquivo documental e fotográfico;

- Identificação e inventário de fundos documentais – Esta ação já está em andamento

- Identificação e referenciamento de fundos bibliográficos,

- Implantação de sistema de gestão documental com o estabelecimento de protocolos de acessibilidade dos usuários e estabelecimento de redes de intercâmbio.



c) de Pesquisa:

- Pesquisa para restauração,
- Pesquisa para exposições,
- Pesquisa de perfil de público,
- Pesquisa sobre o acervo,
- Pesquisa de avaliação de exposição;

d) de Conservação:

- Sistema de climatização de bens culturais,
- Avaliação do estado de conservação das coleções,
- Controle de pragas,
- Iluminação de objetos culturais,
- Parâmetros ambientais para acervo museológico,
- Acondicionamento e embalagem,
- Parâmetros de restauração e conservação – estabelecimento de conceitos e políticas.

Durante as visitas que realizei ao MUBAN para elaboração deste documento ficou claro para mim que um dos maiores problemas encontrados é a situação do acervo do ponto de vista da sua conservação. O acervo está no limite de seu uso apesar de aparentemente estar tudo limpo e brilhando na área de exposição. As madeiras estão completamente desidratadas e principalmente os fragmentos da Igreja de ouro Fino se forem retirados pedirão um tratamento especial. Uma imagem de Nossa Senhora, que está em reserva técnica tem muitas re-pinturas, faltam pedaços em alguns móveis.



Figura 21 – Imagem com repintura



3.2.3. Programa de Arquitetura

O Programa de Arquitetura vai determinar as necessidades espaciais e de infra-estrutura (instalações e equipamentos) do Museu. Mesmo que seja instalado em prédio adaptado, o museu deve ter os espaços básicos observados.

No caso do Museu das Bandeiras posso dizer que chegamos tarde. A restauração que foi realizada não passou de restauração do imóvel com adaptação para deficientes físicos.

Independentemente do tamanho e complexidade do museu, é fundamental o estudo das relações entre seus espaços. Será na fase do projeto de arquitetura e adaptação que as soluções serão encontradas.

Distinguimos quatro tipos de espaços em um museu:

- a) a área pública sem coleções;
- b) a área pública com coleções;
- c) a área interna sem coleções; e
- d) a área interna com coleções.

Os espaços podem não estar agrupados fisicamente no mesmo setor do edifício, mas constituem-se como espaço-tipo com requisitos similares quanto à instalação, principalmente em relação ao acesso, aos equipamentos e aos sistemas de comunicação e preservação.

O museu é um espaço dinâmico e ativo, onde acontecem exposições e eventos. É um local de pesquisa e atividades técnicas de conservação exigindo, para tanto, que o edifício destinado a este uso seja projetado ou adaptado para atender a estas expectativas.

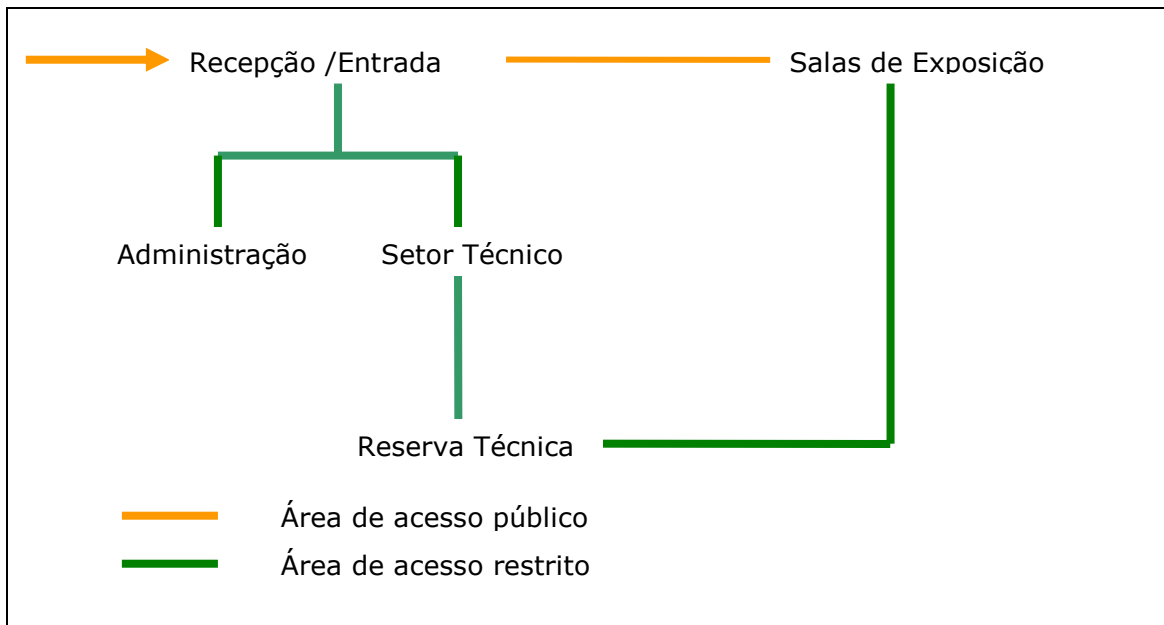


Figura 22 - Esquema de organização de um museu de médio porte

O projeto de adaptação ou construção do museu deve definir em cada espaço os usos, as funções e qualidades, sua distribuição interna, as áreas necessárias em função do planejamento conceitual do museu e do programa de exposições.

Deve-se ter uma definição precisa dos acessos de público, de acervo, de insumos e de serviços. Neste item, o essencial é o atendimento às necessidades do público, em especial, quanto à acessibilidade.

Nos casos de prédios adaptados, este é um dos itens mais difíceis e complexos a ser atendido. Obstáculos ambientais podem dificultar ou impedir o acesso a edifícios e serviços, deixando usuários irritados, confusos, cansados ou, mesmo, provocando acidentes.

No MUBAN este item foi atendido.

Enfatizamos que a condição de proteção por tombamento não significa que adaptações estejam automaticamente proibidas. Devemos equilibrar os requisitos de conservação e a acessibilidade ao local.

Na adaptação de prédios para museus, os fluxos e a circulação geral devem ter especial atenção. É necessário que os movimentos mais habituais sejam identificados, como, por exemplo:



- a) área de recepção / desembalagem / registro e documentação / reserva técnica;
- b) exposição permanente / reserva técnica e vice-versa; e
- c) reserva técnica / restauração / sala de pesquisa.

O sistema de controle ambiental (umidade e temperatura), o sistema adequado de iluminação e a necessidade de conservação do acervo sob a guarda do museu definem também o partido arquitetônico a ser adotado.

O Programa de Arquitetura necessita de informações dos demais programas para sua perfeita formulação.

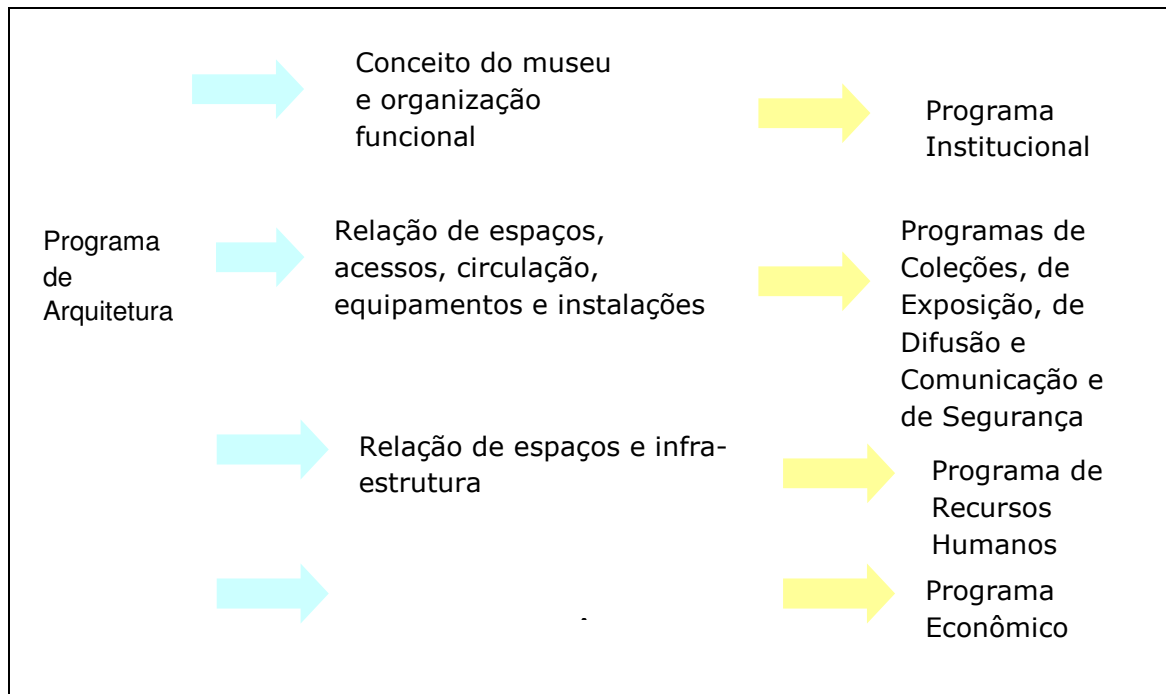


Figura 23 – Relação do Programa de Arquitetura com os demais programas.

Do Programa de Arquitetura, vários projetos terão origem: projeto básico de arquitetura, projeto executivo de arquitetura, projetos de instalações, de equipamentos e projeto de restauração de elementos singulares, se for o caso.

Assinalaremos abaixo os espaços que são necessários para um Museu. Estarão destacados aqueles espaços que acreditamos conseguimos na planta de manchas de ocupação definir no prédio do MUBAN, mesmo que timidamente.



Espaços necessários a um Museu

1 Área pública sem Coleções Museológicas

a) Área de acolhida:

- Saguão,
- Recepção (ponto de informação e venda de ingresso),
- Zona de controle (catracas): guarda-volumes (bolsas, mochilas) e área de guarda;

b) Serviços:

- Loja (área pública, estoque, vestiário),
- Café (área pública, cozinha, estoque, vestiário, lixo),
- Restaurante (área pública, cozinha, estoque, vestiário, lixo, despensa, câmaras frigoríficas);
- Caixas Automáticas,
- Telefones públicos,
- Sala interativa ou de documentação inicial;

c) Sala de recepção de grupos:

- Salas de apresentação da visita,
- Ateliês didáticos,

d) Auditório ou sala de conferências:

- Sala de imprensa,
- Auditório,
- Cabine de tradução,
- Cabine de projeção;

e) Biblioteca:

- Sala de leitura,
- Recepção ao leitor,
- Armazéns de acervo,
- Salas de tratamento técnico,
- Reprografia;

f) Associação de Amigos:

- Sala de Reunião,
- Recepção,
- Depósito;



g) Banheiros (masculinos, feminino e de deficientes).

2. Área pública com Coleções

a) Salas de exposição permanente:

- Salas de exposição,

- Sala de audiovisual;

b) Salas de exposição temporária:

- Salas de exposição,

- Armazém de trânsito de bens culturais;

c) Reservas técnicas visitáveis;

d) Sala para pesquisadores;

e) Áreas de descanso;

f) Banheiros (masculinos, feminino e de deficientes).

3 Área interna com Coleções

a) Área de recepção de bens culturais:

-Carga e descarga,

- Espaço de desembalagem,

- Quarentena,

- Depósito de embalagem;

b) Documentação:

- Sala de Documentação,

- Arquivos documentais (fotografia, filmes, vídeos, documentos textuais),

- Arquivo administrativo,

- Sala de digitalização,

- Sala de consulta;

c) Conservação:

- Laboratório de conservação,

- Depósito de produtos,

- Sala de trabalho,



- Câmara de fumigação;

d) Reserva técnica:

- Área de depósito,
- Sala de trabalho,
- Banheiros (masculino, feminino e de deficientes).

4 Área interna sem Coleção

a) Direção e administração:

- Recepção,
- Gabinete do Diretor,
- Gabinete dos Chefes de divisão,
- Sala do chefe de segurança,
- Sala de informática,
- Sala de manutenção,
- Sala de reuniões,
- Sala de espera,
- Almoxarifado,
- Sala de reprografia;

b) Pesquisa:

- Sala de trabalho;

c) Difusão:

- Sala de trabalho;

d) Segurança e Vigilância:

- Enfermaria,
- Vestiários masculino e feminino,
- Zona de descanso (refeitório),
- Sala de segurança e monitoramento,
- Banheiros (masculino e feminino);

e) Manutenção:

- Depósito de produtos de limpeza,
- Vestiário de pessoal de limpeza,
- Depósito de ferramentas e máquinas,
- Central de climatização,
- Central elétrica,
- Central de informática,



- Central de água;

f) Garagem.

5. Outros espaços

a) Pátios;

b) Jardins.

Apesar de muitos itens não terem sido contemplados acredito que a modificação da área de exposição de longa duração é fundamental para o atendimento a um programa de ocupação básico para o Museu.

3.2.4 PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

O programa de exposições deve ser encarado como algo mais do que simplesmente o desenho museográfico da exposição permanente. Ele deve considerar os três tipos de exposição do museu: de longa duração ou permanente, temporária e itinerante.

Uma extensa rede de comunicação e relações prende o programa de exposições aos outros programas do museu.

Exposição de Longa Duração ou Permanente

A exposição permanente é o meio de comunicação mais direto e imediato entre o museu e o público. Ela afeta todas as funções do museu e todos os setores devem trabalhar para ela.

O projeto museológico e conceitual da exposição permanente devem conter as especificações e requisitos da exposição e constituem, sem dúvida, o ponto de partida para os projetos executivos. Devem ser levados em conta, em sua formulação, os itens relacionados ao programa de coleções ou de acervo e ao programa arquitetônico, principalmente.

Os estudos de público que por ventura o Programa de Difusão e Comunicação tiver realizado e os requisitos de segurança, aqui entendido como a parte referente a conservação do acervo, inclusive, são elementos importantes na formulação do projeto.

Identificamos duas fases na instalação de áreas de exposições permanente:

1 - uma anterior ao projeto de arquitetura (obra) e instalações de adaptação do prédio do museu e apresenta as diretrizes gerais que orientarão a exposição permanente. Nela estarão definidos os seguintes itens:



-
- conceito que se quer transmitir;
 - principais valores e conteúdos;
 - organização geral dos conteúdos em áreas temáticas, linhas cronológicas ou organização funcional.

Esta visão geral de conteúdos da exposição é fundamental para que os projetos de arquitetura e instalações possam atender de forma coerente e adequada as demandas de exposição, evitando-se que modificações drásticas e de última hora o que poderá levar a sua paralisação e conseqüente encarecimento dos serviços de instalação e adaptação.

2 – Logo após o início das obras físicas de adaptação deve ser implementada a segunda fase.

É o ponto de partida para o projeto de instalação da exposição permanente e deve contemplar todas as condicionantes e expor os critérios de exposição e estabelecer os termos da relação que se deve estabelecer entre a coleção, o edifício e os visitantes.

Nesta etapa são definidos os projetos executivos dos circuitos expositivos, os requisitos gerais de conservação, a seleção de peças e suas características, os índices de temperatura e de umidade, a iluminação requerida e as estratégias de comunicação.

NO MUBAN faremos tudo *a posteriori*, pois a restauração está pronta.

Deve-se levar em consideração que a exposição de longa duração vai durar cerca de dez anos - e modificações oriundas de indefinição e ausência de dados devem ser evitadas a todo custo.

Temos um bom exemplo no Museu das Bandeiras de como o desgaste de uma exposição e modificações que, apesar de terem sido realizadas com uma intenção boa, podem transformar, para pior, a exposição como um todo.

Os itens que devem ser detalhados são em síntese:

- conceito e mensagem;
- principais conteúdos e sua organização;
- definição da circulação;
- articulação entre as áreas ou seções;
- requisitos gerais de conservação observando-se a natureza da coleção em exposição: umidade, temperatura e iluminação;
- equipamento ou mobiliário museográfico levando-se em conta:
 - a conservação e segurança da coleção;



-
- qualidade estética;
 - a solidez e facilidade de manutenção dos expositores (principalmente quanto a aberturas e fechamentos).

- relação do acervo a ser exposto por áreas ou seção, indicando todos os dados para confecção de informações (etiquetas) sobre o mesmo, se for o caso. Outro fator importante são as medidas e o peso dos objetos que condicionarão a forma de apresentação.

Este acervo deve ser inventariado antes de ser adicionado à exposição e numerado.

- identificação e relação do acervo de outras instituições necessário à complementação da exposição. Indicação das coleções fundamentais para a compreensão do conceito da exposição.

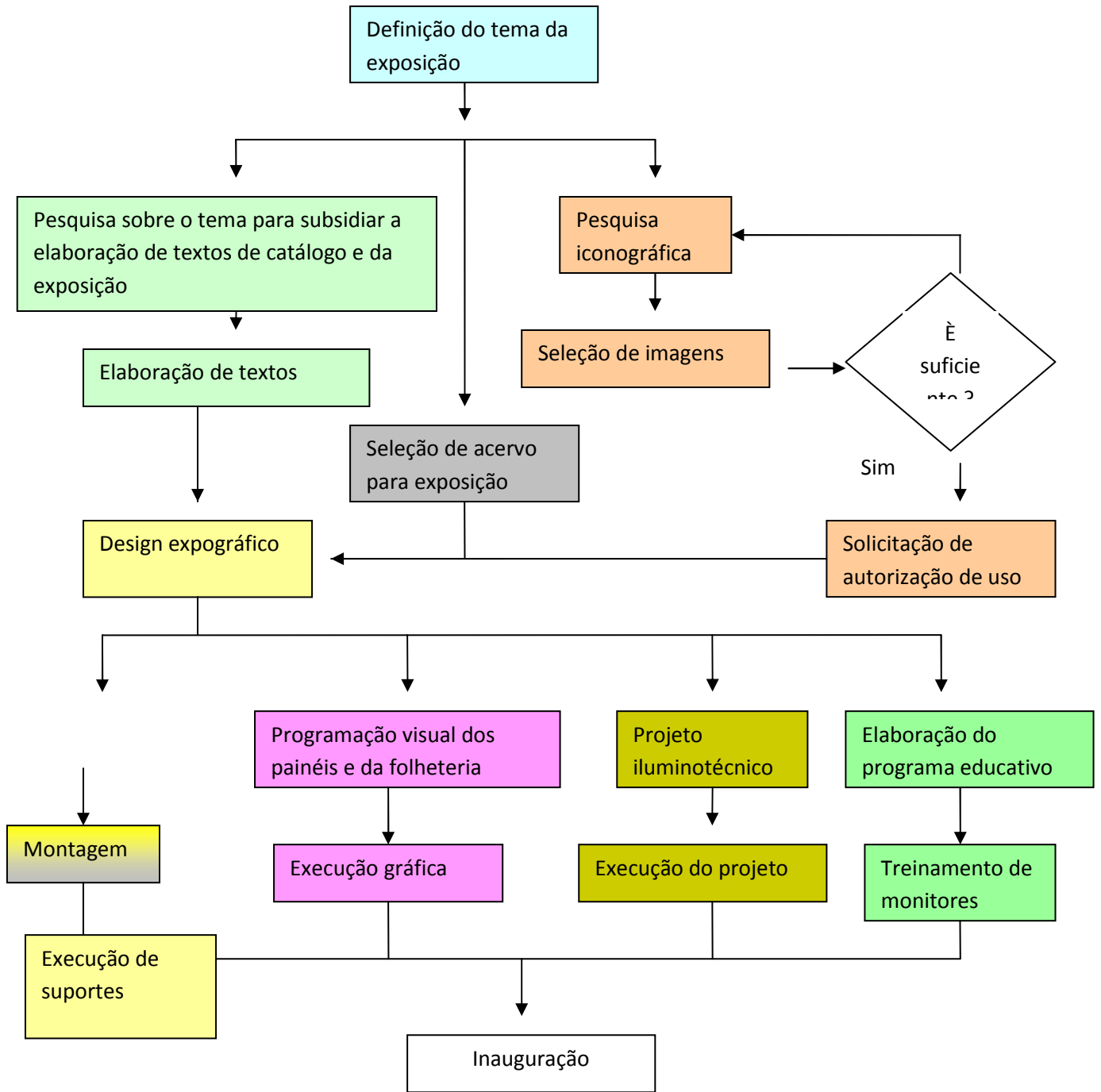
- definição das estratégias e recursos de comunicação:

- critérios gerais sobre a função da informação textual;
- unidade de desenho gráfico e sua convergência com a linguagem do desenho do mobiliário;
- definição dos níveis de informação (textos gerais e por área temática, elementos indicativos de coleções e objetos etc)
- formato e suporte das informações textuais e iconográficas considerando, a necessidade de manutenção, durabilidade, facilidade de limpeza e sistemas de fixação que sejam sólidos, discretos e reversíveis, facilitando qualquer modificação de localização;

- definição dos elementos museográficos de apoio, indicando as características gerais destes elementos:

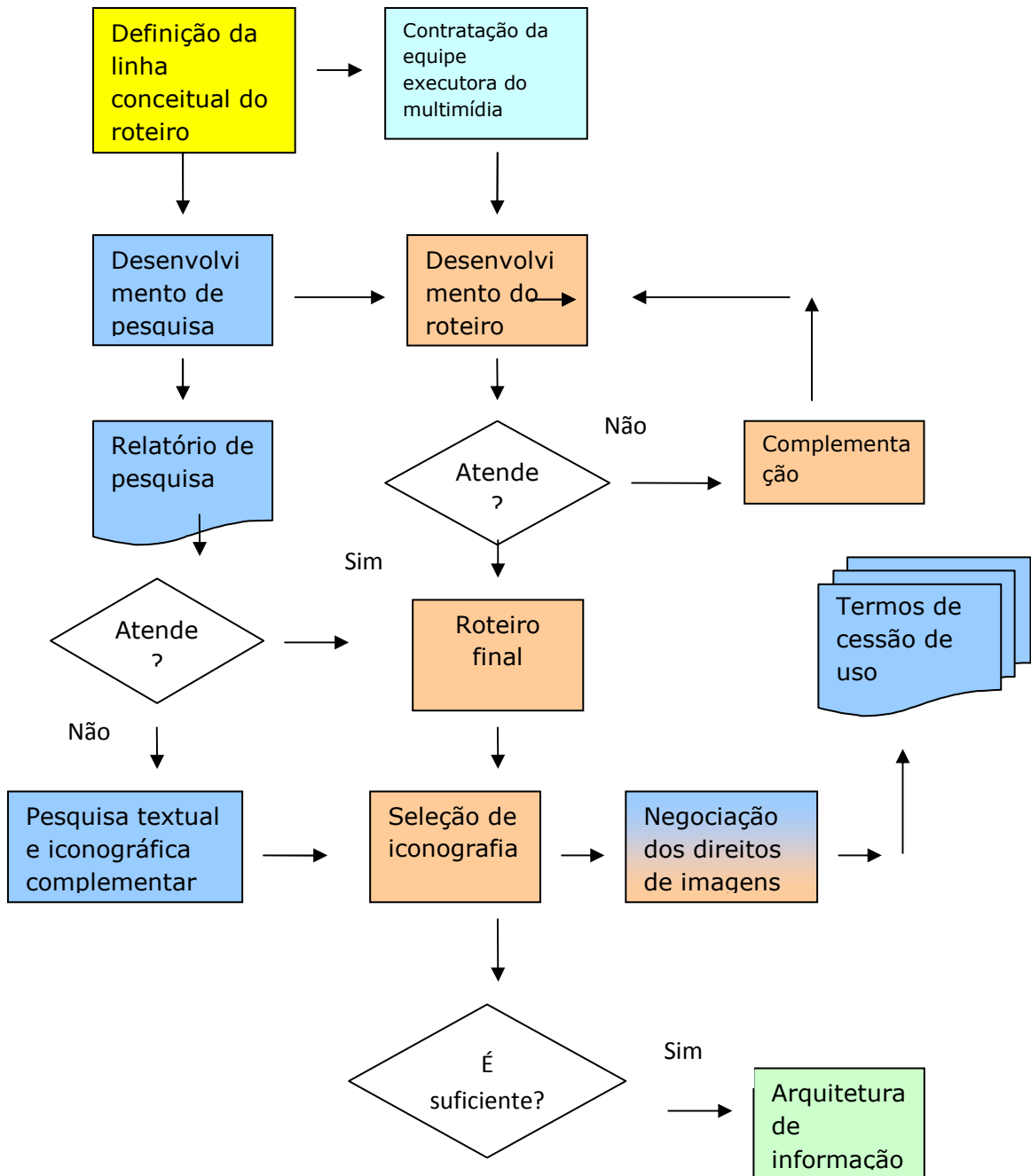
- consulta ou uso individual ou em grupo;
- interativos ou não;

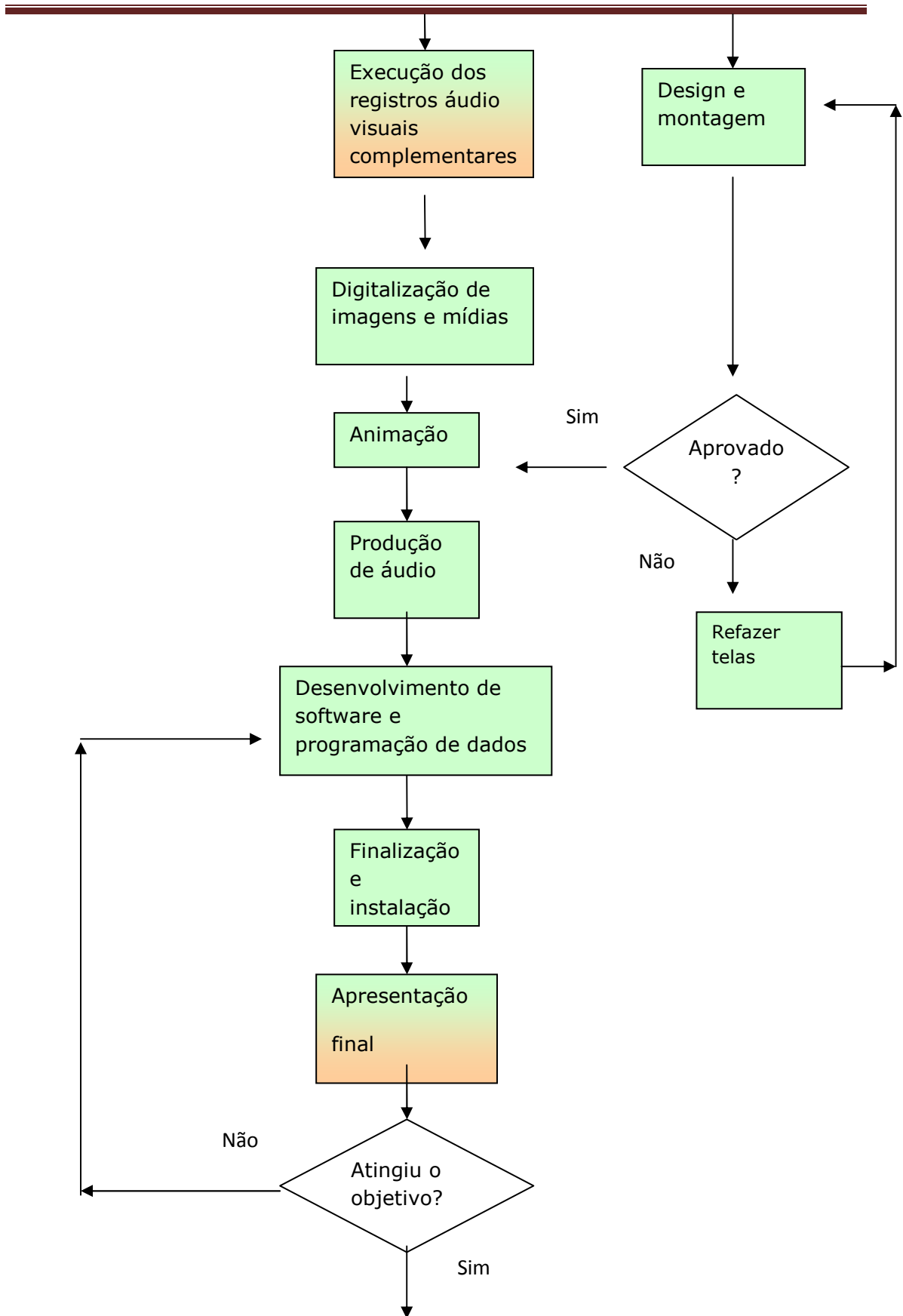
Procuramos na proposta do Museu das Bandeiras atender a todos estes itens e seguir a seqüência do fluxograma apresentado na próxima página. Assim, como no item 4 deste documento, destacaremos todos os itens específicos da exposição de longa duração.

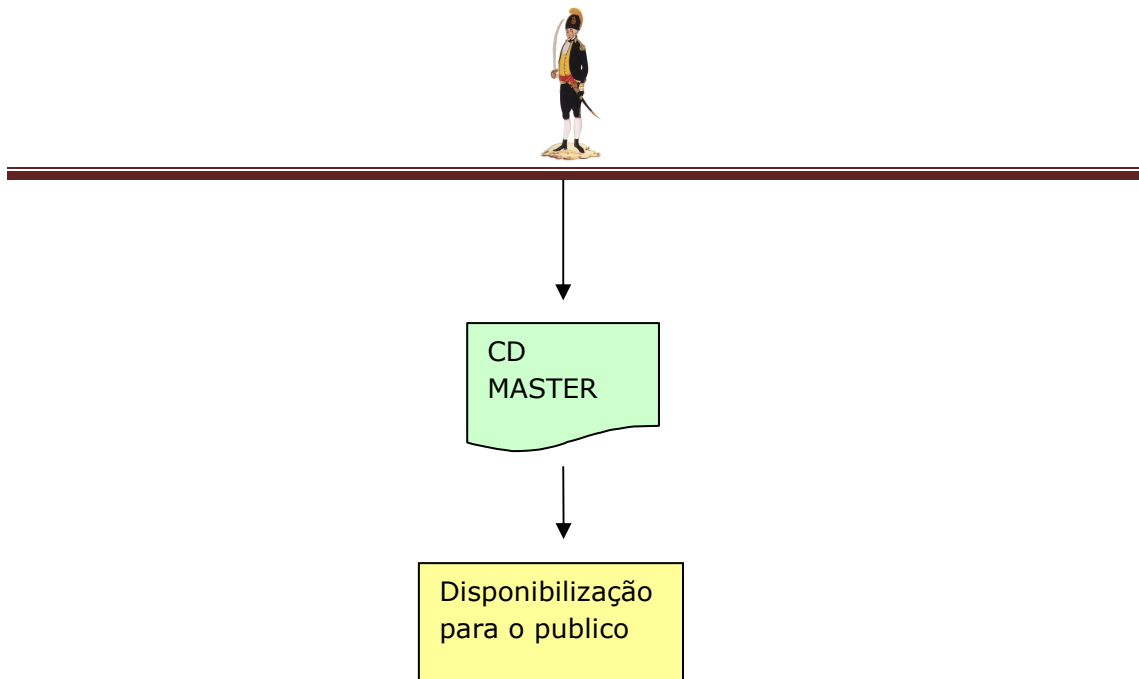




As decisões para a contratação de programas multimídias, que são muito onerosos, devem sempre ser tomadas por um conselho. A seguir apresentamos o fluxograma das ações necessárias para a execução dos programas:







Equipes envolvidas:

- Equipe técnica do museu
- Equipe administrativa do museu
- Equipe de pesquisa
- Equipe do multimídia
- Equipe de multimídia – roteiro
- Equipe coordenadora do museu/ conselho editorial dos multimídias

A complexidade de ações não deve desmobilizar a equipe que está disposta a ter um programa multimídia, pois ações mais simples e com grande impacto também poderão ser implementadas como edição de vídeos, slides shows.

Por vezes estas ações obtêm melhores resultados.



Exposições Temporárias

A área destinada às exposições temporárias no Museu das Bandeiras já é uma realidade. Chamada de **Salão Vintém de Cobre**, em alusão a moeda cunhada na Casa de Fundação local, no século XIX, oportuniza o estabelecimento de um programa de exposições que mobilize o público para a freqüência do Museu e que possa se consolidar como espaço cultural da cidade. Tradicionalmente os espaços destinados às exposições temporárias em museus servem para dinamizar a vida de instituição e mobilizar o público para retornar ao local.

Pesquisa de público executadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte pelo Observatório de Museus verificaram a importância do chamamento das exposições para o retorno do público. Muitas vezes este público não vai à área de exposição permanente, mas usufrui os serviços do museu o que é fundamental para a fixação da instituição como uma referência, uma opção de lazer e cultura.

Recomenda-se que os temas das exposições temporárias sejam livres, nada impede que o Museu receba uma grande exposição de artes plásticas, ou a exposição corporativa de um dos patrocinadores. Estes espaços, inclusive, são oferecidos como benefício para patrocinadores.

É fundamental que a Direção do Museu, ouvido o Conselho Consultivo, defina o programa de exposições temporárias anual, as regras para a cessão do espaço de exposição, valores de aluguel, custo-dia do museu. Recomenda-se que o Museu produza pelo menos duas exposições por ano apresentando temas que complementem a exposição permanente ou sejam do interesse mais direto do Museu.

Deve ser evitada a cessão de espaço para pessoas físicas apresentar trabalhos individuais, sem a avaliação de uma comissão de pauta.

Para atender a esta demanda museus e centros culturais promovem editais públicos os para a ocupação de espaço de exposição, como, por exemplo, faz a Caixa Econômica Federal em seus Centros Culturais espalhados pelo Brasil ou o Museu Vitor Meirelles em Florianópolis que é um pequeno museu.

Pode-se adotar a política geral de organizar exposições temporárias como meio de complementação e enriquecimento da exposição permanente, de difusão de coleções não expostas e expressivas ou, de experimentação de novos conceitos museológicos e museográficos, de produção própria ou externa.

Para o recebimento de exposições de outras instituições o Museu deve manter um *Facility Report* das áreas de exposição sempre atualizado e que possa oferecer as informações necessárias quanto a parâmetros de conservação, circulação, acessos, descrição dos espaços



e das instalações e equipamentos disponíveis. O intercâmbio entre instituições é muito comum e possibilita a circulação de acervos e informações.

Pertencente a rede de museus do Iphan, com a interveniência do DEMU, poderá o Museu das Bandeiras receber exposições produzidas por outras unidades museológicas. Na década de 80 esta ação foi realizada uma vez com empréstimo de exposição do Museu Histórico Nacional.

No meu entendimento, o problema maior do Museu é a insolação da área de exposição temporária e a necessidade de circulação de ar, em função do calor. Esta situação poderá ser minimizada com a colocação de anteparos nas janelas que impediriam a penetração do sol, mas não do vento podendo ainda ser utilizados como suportes expositivos.

Exposições Itinerantes

Exposições itinerantes são bom exemplo de colaboração entre instituições. Elas podem ser produzidas pelo Museu e levadas a outras instituições como meio de difundir o Museu, suas coleções e seu conceito ou serem acolhidas nas salas do Museu, vindas de outras instituições, conforme o descrito acima.

Um programa muito usual entre os museus é intitulado *MUSEU VAI A ESCOLA*. Basicamente neste programa são produzidos painéis e banners, que ao lado de algum objeto da coleção do Museu, divulga a existência do museu ou trata de um assunto específico.

Creio que se o Museu focar suas ações na área de difusão e ter sempre exposições temporárias já teríamos um grande ganho. Como a cidade é muito pequena o importante seria fazer com que os estudantes venham ao museu.

3.2.5 Programa de Difusão e Comunicação

Este programa tem como objetivo estabelecer os canais de comunicação entre o museu e a sociedade e planejar as necessidades da instituição neste assunto definindo todos os aspectos relacionados ao público, a comunicação – estratégica e institucional – e a programação de atividades. Deve estar atento e planejar as necessidades futuras da instituição definindo os seguintes aspectos:

- 1 . O público



-
- Definição do perfil do público através de pesquisas: que tipo de público vão ser atendidos pelos serviços do museu: exposições, programa educativo, atividades culturais e educativas diversas e serviços comerciais (loja, café, restaurante)?
 - que tipo de sistema de avaliação vai ser aplicado para verificar a relação do público com o museu e assim poder adaptar as ofertas às necessidades e expectativas do público;

Neste caso, conta o DEMU com um maravilhoso instrumental de pesquisa de público que é o programa OBSERVATORIO DE MUSEUS, que foi aplicado em algumas cidades maiores mas que poderiam ao ser aplicados no Museu das Bandeiras verificar as variáveis de público e fornecendo informações importantes para o planejamento de ações a médio prazo.

2. Comunicação

- Imagem corporativa – que museu é este
- Definição de uma marca representativa para o Museu (logomarca) que possa identificar não só internamente mas todos os produtos do museu;
- Documentos com o conceito e a missão da instituição e catálogo de imagens representativas do edifício, da exposição e da coleção para apresentar junto ao projetos comerciais, considerando-se que pretende-se a utilização das leis de incentivo para a manutenção e instalação da instituição;
- Definição e utilização de mecanismos de comunicação externa para divulgar e difundir os serviços do museu e atrair ou orientar o público potencial - campanhas publicitárias de caráter geral, pagina web, publicações de divulgação.
- Estabelecimento de uma assessoria de imprensa e de relações públicas para o estabelecimento de relacionamento constante com os meios de comunicação e os formadores de opinião, além de identificação de segmentos de possíveis patrocinadores;
- Definição dos produtos comerciais do museu tendo sempre como pano de fundo seus conceitos e missão.

Como responsável por estabelecer os canais de interação entre os conteúdos do museu e os interesses do público e da sociedade, este Programa está estreitamente relacionados a todos



os outros, mas de forma especial ao programa de coleções e exposições, pois diversas das atividades que estará envolvido são relacionadas diretamente com as exposições. Por exemplo, nas instituições, nos empréstimos de exposições e coleções do museu.

No entanto são muitos os outros projetos que poderão ser desenvolvidos:

- estudos de público – definindo o perfil do público que vai ao museu como meio de estabelecer programas que mobilizem outros tipos de público;
- estudos de avaliação da exposição permanente e temporárias que devem ser realizados somente após dois ou três anos de abertura do museu conforme os teóricos da questão pois antes existe a variável da novidade que interfere muito nos resultados obtidos;
- estudos de marketing e Projetos comerciais, principalmente em museu que dependem de captação de recursos;
- campanhas publicitárias gerais e específicas (adote um objeto por exemplo similar ao que os zoológicos vem fazendo)
- criação da imagem institucional e desenvolvimento do Manual de identidade;
- criação e manutenção da página WEB
- publicações – folhetos informativos, guias e catálogos, monografias, etc

Estamos propondo a criação de um folder institucional com informações gerais de acesso e uma apresentação da nova exposição. É importante que no site do Iphan as informações sobre o Museu sejam sempre revisadas e mais fotografias incluídas como a fachada o pátio interno, etc.

3.2.5 Programa de Segurança

Este programa deve definir todos os aspectos que afetam a segurança da instituição de forma global. Devem ser considerados as coleções, o edifício, o pessoal e o público.

O sistema de segurança de um museu assenta sobre quatro pilares que devem estar perfeitamente coordenados para garantir seu perfeito funcionamento: análise de riscos, meios técnicos, humanos e organizacionais.

O programa de Segurança está primeiramente relacionado com o projeto do museu e seu programa arquitetônico onde os aspectos relativos à acessibilidade, circulação, áreas de escape, zoneamento de atividades, instalações são considerados.



Além de todas as precauções hoje exigidas pelas normas de segurança de prédios públicos é conveniente que se estabeleça um plano de cooperação direto com os bombeiros, inclusive resgate, e a Polícia.

É obrigatório o seguro de terceiros independente do seguro dos objetos. Todo o cuidado é pouco para garantir a tranqüilidade do público visitante.

Uns dos itens de maior peso no orçamento de manutenção dos museus são aqueles referentes à segurança – ostensiva ou por sistemas. Entendemos por segurança uma série de itens que por vezes fogem ao tradicional posicionamento de guardas nas salas de exposição. São eles:

- sistemas de documentação e inventário, a ser implementado pelo programa de acervo;
- sistemas automatizados de detecção e extinção de incêndios, rotas de fuga e portas de emergência, instalados quando das obras de adaptação;
- sistemas de controle de temperatura e umidade;
- geradores de emergência;
- sinalização, zoneamento de áreas por tipo de uso e controle de acesso;
- planos de seguro para objetos, visitantes e equipe de funcionários;
- sistemas antifurto, e de vigilância eletrônica.

Mesmo sendo um Museu pequeno há necessidade de implementação de ações que visem a maior segurança do acervo: escaninhos para bolsas e mochilas, sistemas de vigilância por câmeras, inventários, extintores em dia e principalmente pessoal treinado para responder prontamente a qualquer demanda.

3.2.7 Programa de Recursos Humanos

O programa de recursos humanos a ser desenvolvido e executado pelo Museu vai ser condicionado pelas normas legais vigentes de contratação de pessoal para o Serviço Público Federal. No entanto, é importante que se aponte qual o quadro mínimo de pessoal para o gerenciamento do museu tendo como parâmetros a estrutura organizacional proposta e o edifício.

O programa também deve apontar as necessidades funcionais de cada setor e da instituição como um todo em seu planejamento para o futuro de forma que possa atender com recursos humanos qualificados todas as atividades propostas.

No desenvolvimento do programa devem ser especificados os seguintes aspectos:



-
- organograma funcional e de pessoal proposto (quadro de pessoal)
 - funções desempenhadas por cada pontos de trabalho;
 - qualificação e perfil dos postos de trabalho;
 - necessidade de contratação temporária de pessoal para desenvolvimento de trabalho pontuais e em projetos específicos (treinamento, oficinas,campanhas de catalogação, projetos de pesquisa, de exposição)

Um aspecto importante do programa é o a realização de um programa de educação continuada e de treinamento tanto para o pessoal técnico quanto do pessoal operacional nas áreas de segurança, atendimento ao público, conservação e preservação de acervo, novas tecnologias.

A colaboração com outras instituições, principalmente universidades, é importante para acolher no museu estudantes nas áreas de História, comunicação, ciências, museologia, gestão cultural, conservação e restauração, turismo, por exemplo.

As áreas de segurança, manutenção, jardinagem e limpeza geralmente são exercidas por empresas contratadas.

A equipe de vigilância costuma trabalhar em horários diferenciados em plantões o que requer um número maior de pessoas, pois são equipes que se revezam, 24 horas.

A equipe de limpeza precisa de treinamento específico pois, suas atividades serão diferenciadas da limpeza geral comum de prédio público.

Existem normas e regras para a manutenção de exposições e espaços museológicos que necessitam ser amplamente difundidas para o perfeito funcionamento do museu.

Assim caberá ao Programa de Recursos Humanos promover os cursos de capacitação necessários ao treinamento da equipe.

O maior problema identificado nas equipes terceirizadas de limpeza e manutenção, assim como na de vigilância, em outros museus, é a grande rotatividade de pessoal que faz com que os treinamentos tenham que ser constantemente realizados para os que entram.



Quadro Geral de Pessoal

Este quadro geral representa o pessoal mínimo do Museu.

Especificação do cargo	número	Carga horária
Divisão de Museu		
Diretor	01	40
Auxiliar administrativo	01	40
Seção de Difusão		
Coordenador de Educação e Difusão	01	40
Auxiliar administrativo	01	40
Estagiários/guias/ recepcionistas	04	20
Seção de Acervo		
Coordenador de Museologia e Exposições	01	40
Museólogo ⁹	01	40
Estagiários	02	20
Auxiliar de conservação	01	40
Seção Administração		
Coordenador Administrativo	01	40
Auxiliar Administrativo	01	40
Guardas e vigias	02	especial

Devemos considerar que atividades especiais que o Museu venha a desenvolver poderão ser serão configuradas como projetos culturais e terão suas equipes técnicas próprias.

Alguns projetos e ações a serem implementadas pelo Programa são:

Contratações eventuais para projetos específicos

Formulação de cursos de capacitação e atualização

Convênios de colaboração técnica com outras instituições para a realização de estágios.

3.2 8 Programa econômico e de sustentabilidade

Este programa tem como objetivo definir e determinar as formas de gestão financeira da instituição, suas necessidades e previsões orçamentárias visando o pleno funcionamento do museu.

Está intimamente ligado ao regime jurídico do Museu e em seu desenvolvimento deve contemplar :

⁹ profissão regulamentada pela Lei 7287 de 18 de dezembro de 1984.



-
- Elaboração do plano anual do Museu com a previsão de gastos na área de pessoal, despesas correntes em bens e serviços e investimentos no incremento de acervo, obras no prédio.
 - Proposta de crescimento do aporte financeiro para suprir as necessidades da instituição:
 - maior verba orçamentária,
 - recursos oriundos da receita própria do museu: cobrança de ingressos e outros serviços como direitos de reprodução, cessão e aluguel de espaços, vendas de publicações e produtos.
 - recursos oriundos de convênios com instituições públicas e privadas;
 - recursos obtidos por meio das leis de incentivos fiscais a projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura.
 - identificação de novas formas de captação de recursos nacionais, por exemplo os editais para a área museológica que anualmente são lançados;¹⁰

Este programa deverá manter uma área específica para a prestação de contas e toda documentação contábil dos projetos.

Geralmente quando da definição do plano de sustentabilidade os museus públicos buscam o apoio de uma associação de amigos, entidade sem fins lucrativos que congrega um grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento da instituição. São as associações de amigos que se apresentam como proponente dos projetos culturais a serem desenvolvidos pelo Museu.

Como possíveis projetos a serem desenvolvidos neste programa podemos apontar:

Campanha de captação de patrocínios;

Projetos específicos para a solicitação de subvenções públicas;

Projetos específicos para as leis de Incentivo a Cultura.

¹⁰ A Caixa Econômica Federal, o Iphan, BNDES e a Petrobrás tem editais específicos para apoiar museus.



4. Proposta de exposição de Longa Duração

Estamos apresentando, em formato A3, algumas pranchas que explicitam a concepção museológica e o princípio museográfico que estamos sugerindo para o Museu das Bandeiras.

Concepção museológica

Para poder chegar a concepção museológica da exposição pensamos o MUBAN como um todo e tentamos reorganizar os espaços existentes de forma a atender um programa de ocupação mínimo.

Como podemos ver nas pranchas 06 e 07 – manchas de ocupação- a proposta é mudar radicalmente a destinação dos espaços e propiciar condições para o desenvolvimento das ações técnicas e não só transformar o prédio em uma grande exposição.

No primeiro pavimento estamos sugerindo:

- 1 área de entrada com recepção, escaninhos e loja(verde)
- 2 áreas de exposição de longa duração (azul)
- 3 sala de vídeo e multimídia e de acolhimento de grupos (cinza)
- 4 área de reserva técnica de acervo e local para trabalhos de conservação e documentação (amarelo)
- 5 circulação (magenta)

No segundo pavimento estamos sugerindo:

- 1 área de exposição de longa duração(azul)
- 2 salas de exposição temporária (vermelha)
3. Reserva técnica , de procedimentos técnicos e atendimento ao pesquisador (amarelo)
4. circulação (magenta)

Consideramos que a ocupação do anexo não sofreria modificações.

Para que esta ocupação possa acontecer é imprescindível a aquisição de armários deslizantes como foi anteriormente colocado. A grande mesa existente no museu que está em uma das salas que será transformada em exposição será deslocada para a sala contigua onde hoje está o arquivo.



Com esta nova disposição de espaços ganha o Museu maior área de exposição e que permitirá ao visitante visitar o imóvel como um todo.

Nas pranchas 08 a 11 encontramos os fluxos e a circulação dos visitantes do museu e dos pesquisadores.

Definida a ocupação do prédio nos detivemos nos espaços de exposição e sua conceituação.

O próprio nome do Museu nos leva a definir seu perfil de museu histórico de caráter nacional.

Enfatizo esta questão, pois acredito que e formos nos fixar somente na cidade de Goiás – Vila Boa – e sua expansão urbana e ação política com governadores etc.- estaremos fazendo o papel de um museu de caráter municipal ou no máximo estadual. Para estes assuntos conta a cidade com o Palácio Conde dos Arcos, se ele não cumpre este papel é outra situação.

O universo temático da exposição é, em linha geral, a nova fronteira brasileira que se inicia com as bandeiras paulistas, nos séculos XVII e XVIII, e se consolida com a criação de Brasília, em 1960.

Este tema, se bem que eminentemente histórico, não deve excluir as variáveis etnográficas, ecológicas e sociológicas. As relações sociais que se estabelecem na região deverão ser levadas em consideração.

O maior desafio é quanto ao acervo que com certeza não dá conta e tudo que gostaríamos de apresentar.

Para dar conta deste tema pensamos em módulos expositivos a serem desenvolvidos nas quatro salas, a saber:

No primeiro pavimento:

- na enxovia da direita –

- As Câmaras Municipais no Brasil Colonial.
- A Câmara de Goiás e sua atuação. (construção do prédio e a cidade de Goiás)
- O sistema prisional da colônia e império.

Acervo: barril, rodízio da forca, cadeira de espaldar, documentos da Câmara existentes no arquivo (fac-símiles), mesa de pé bolacha, arca, espelhos de fechadura, urna de eleição.



Figura 24 – Mesa de pé bolacha

- na enxovia da esquerda (maior)

- Território (cerrado) e os habitantes;
- Bandeirantes – ouro e *pacificação de índios*;
- Aldeamento e o papel dos jesuítas
- O ouro e os arraiais
- Escravidão e mineração – o conhecimento africano na extração e trabalho com os metais;
- Casas de Fundição de Goiás, São Felix e Cavalcanti – controle da metrópole
- Caminhos e Registros – o isolamento da província e os descaminhos do ouro.
- As fazendas de gado – novas relações de trabalho no sertão;
- Bandeirantes do século XX – a colônia agrícola de CERES, abertura da Belém -Brasília e inauguração de Brasília – Bernardo Sayão – nova fronteira agrícola.



Acervo: documentos existentes no arquivo sobre os registros (fac-símiles), mapas (reprodução), cadeira de sola, içaçaba, objetos indígenas, cofres, prensa, moedas, balança, mesa de pedra, esculturas do Palácio Conde dos Arcos, pia batismal, bateia, instrumentos de suplicio, mesa de ourives, arreios e silhão, cadeira, jóias, quinteiro, pesos, cadinho, fole, enxada, picão, retrato de D. João VI, bigorna.

Para o módulo *Bandeirante do século XX* há disponibilidade de fotografias no Arquivo Público do DF.



Figura 25 - Içaçaba

No segundo pavimento:

Nas duas salas:

- Sociedade do século XIX em Goiás – O olhar dos viajantes.
- Religiosidades

Acervo: cama, mesa de encostar, cômoda-papeleira, alfaias, berço, canapé, uniforme, castiçal, porta missal, tinteiro, jarro, bacia, pratos, terrina, cafeteira, oratório com santo, brasão, túnica militar e banda, sabre, imagens, oratório portátil, filtro.

Como podemos ver a relação inicial do acervo não dá conta da complexidade dos temas, em função disto é imprescindível que novos objetos sejam adquiridos como acervo ou como acervo operacional e a pesquisa iconográfica intensificada.



Princípio Museográfico

Trabalhar em módulos e liberar o prédio de intervenções em suas paredes foi o que nos levou a propor o suporte apresentado nas pranchas 14,15,16.

Trata-se de um módulo que pode ser conjugado com outros e ter prateleiras, vitrines, bases expandidas até 1,50m, suporte para painéis digitais.

O módulo é em metal, com acabamentos em pranchas de MDF 20 mm, cru, envernizado.

As informações textuais e iconográficas devem ser ampliadas em papel fotográfico adesivado em placa de PVC de 1,5 mm e depois fixado nos suportes.

ERROR: ioerror
OFFENDING COMMAND: image

STACK: